

# **RELATÓRIO SOBRE AS DEMANDAS E AS POSSÍVEIS FONTES DE CRÉDITOS E FINANCIAMENTOS PARA OS AGRICULTORES URBANOS DE BELO HORIZONTE/MG**



**Elaborado por:**  
Kelen Aparecida Daher Borges  
Simião Gomes Leão

**Belo Horizonte, Brasil  
Junio / 2010**

## SUMÁRIO

### LISTA DE QUADROS

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>1. CENÁRIO ATUAL DA AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE E EM MINAS GERAIS</b>	<b>08</b>
a- Panorama Geral da AU em Belo Horizonte e em Minas Gerais	08
Panorama dos Grupos de AU em Belo Horizonte	10
<b>2. DEMANDAS DOS AGRICULTORES URBANOS EM BH</b>	<b>11</b>
Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento da AU em Belo Horizonte	12
Demandas dos Agricultores Urbanos de Belo Horizonte	13
<b>3. LINHAS DE CRÉDITOS E FINANCIAMENTOS PARA A AGRICULTURA URBANA</b>	<b>16</b>
Sistema Bancário	17
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	20
Financiadores de atividades de AU através de programas ou projetos com orçamento municipal	21
Financiadores dos agricultores urbanos e seus grupos através da aquisição dos produtos da AU	23
Outros financiadores potenciais	25
Fontes de Cooperação	28
<b>4. LINHAS COM MAIOR POTENCIAL PARA OS GRUPOS DE AU</b>	<b>31</b>
<b>5. RECOMENDAÇÕES FINAIS</b>	<b>35</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>41</b>

### QUADROS

- 01 – Demandas do Grupo Vila Pinho (Regional Barreiro).
- 02 – Demandas do Grupo Jardim Produtivo (Regional Barreiro).
- 03 – Demandas dos Grupos CEVAE Capitão Eduardo (Regional Nordeste) e Serra Verde (Regional Norte).
- 04 – Programas da PBH que podem contribuir para a AU através da Compra Direta da Produção.
- 05 - Documentos Necessários para Realização do Cadastro.
- 06 - Informações Sobre a Agência do Banco do Brasil Entrevistada.
- 07 – Planos de Financiamento do CREDI-AMIGO Insumos.
- 08 - Planos de Financiamento do CREDI-AMIGO Reformas.
- 09 - Planos de Financiamento do CREDI-AMIGO Comunidade.
- 10 - Informações Sobre a Agência do Banco do Nordeste Entrevistada.
- 11 - Financiamento Pessoa Física e Modalidades Mensais de Pagamento.
- 12 - Documentos Necessários para Financiamento Pessoa Física e Jurídica.

- 13 - Informações Sobre a Agência do Banco do Povo Entrevistada.
- 14 - Informações Sobre a Agência da Caixa Econômica Entrevistada.
- 15 - Linhas de Financiamento do BNDES que podem vir a serem interessantes para os Grupos de AU.
- 16 - Linhas de Financiamento do BDMG que podem vir a serem interessantes para os Grupos de AU.
- 17 - Linhas de Financiamento do Banco do Brasil que podem vir a serem interessantes para os Grupos de AU.
- 18 - Linhas de Financiamento do Banco do Nordeste que podem vir a serem interessantes para os Grupos de AU.
- 19 - Linhas de Financiamento do Banco do Povo que podem vir a serem interessantes para os Grupos de AU.
- 20 - Linhas de Financiamento da Caixa Econômica Federal que podem vir a serem interessantes para os Grupos de AU.

## **INTRODUÇÃO:**

O presente documento financiado pela IPES/RUAF faz parte do Projeto Global *From Seed to Table FSTT* (em Belo Horizonte Projeto “Belo Horizonte Cultivando a Agricultura Urbana: Da Semente à mesa”) e está sendo realizado pela CADEB - Centro de Auto Desenvolvimento do Brasil. O objeto de estudo desta etapa consiste na identificação e na análise das possibilidades de linhas de créditos e financiamentos para a AU - Agricultura Urbana em Belo Horizonte, objetivando a identificação do potencial de linhas de acesso que possam ser utilizadas pelos grupos de AU envolvidos neste projeto e por outros agricultores urbanos de Belo Horizonte.

Este estudo foi organizado em cinco partes, sendo que a primeira apresenta de forma sintética o cenário panorâmico de AU em Belo Horizonte. Já a segunda consiste na apresentação das demandas de créditos e financiamentos dos agricultores urbanos de Belo Horizonte, com foco nos grupos que fazem parte deste projeto, para posteriormente buscar soluções que atendam às necessidades diagnosticadas nestes e em outros grupos.

A terceira é voltada para a identificação das linhas de acessos de financiamentos existentes em Belo Horizonte e no próprio Estado de Minas Gerais, a fim de conhecer os procedimentos e formas de acesso a estes créditos. Trata-se de uma abordagem teórica, realizada através de coleta de dados secundários, relativo ao tema e outras informações disponíveis no sistema de financiamento vigente, que são disponibilizadas pela internet e em outras fontes literárias.

Na quarta trataremos de informações levantadas através de entrevistas qualitativas realizadas junto às instituições, que apresentaram maior potencial para o atendimento das demandas apresentadas na etapa anterior.

E por último, as recomendações finais deste estudo, buscando apresentar as alternativas e os caminhos preliminares, para facilitar o acesso aos créditos demandados pelos grupos de AU envolvidos e solucionar as dificuldades existentes, a fim de contribuir para o rompimento dos gargalos e obstáculos, que hoje impedem o desenvolvimento das praticas agroecológicas, que serão apresentadas.

Cabe ressaltar, que estudo foi elaborado por dois técnicos, sendo um<sup>1</sup> responsável pela redação, formatação do documento, pesquisas e recomendações e o outro<sup>2</sup> pelo levantamento das demandas dos grupos de AU e pela realização de entrevistas qualitativas junto às instituições apresentadas no tópico 4 deste documento.

Desta forma, a empresa de consultoria externa responsável pela elaboração deste estudo agradece a colaboração e a participação de todos os envolvidos na realização desta etapa, que disponibilizaram tempo, informações, documentos, opiniões e experiências sobre o tema aqui tratado e que de um modo ou de outro cooperaram para a realização deste trabalho e, esperam assim, também estarem contribuindo para o futuro desenvolvimento da AU em Belo Horizonte.

## **1. CENÁRIO ATUAL DA AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE E EM MINAS GERAIS:**

A história da Agricultura Urbana em Belo Horizonte e em Minas Gerais é longa, extensa e inclui uma variedade de ações promovidas tanto pelo Governo quanto pelas organizações da Sociedade Civil e pelos próprios agricultores urbanos. Essas ações incluem o enquadramento jurídico, a capacidade institucional, a produção de hortas urbanas e periurbanas, a comercialização e a transformação, a organização dos atores em espaços multifuncionais e a inclusão dos agricultores urbanos nas articulações, e nas próprias hortas, para citar alguns.

A fim de retratar esta realidade, utilizamos como base informações contidas no “Documento de Identificação Participativa e Análise de Atores de Agricultura Urbana de Belo Horizonte”, elaborado no âmbito do Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (2007), onde encontramos uma análise sobre o cenário que iremos encontrar a respeito da Agricultura Urbana, que apesar da data em que foi realizado não sofreu tanta alteração para o período em que foi realizado este estudo. No entanto, também consultamos outros documentos elaborados entre 2007 e 2009.

Desta forma, apresentamos a seguir o panorama geral da AU em Belo Horizonte e em Minas Gerais e posteriormente dos grupos de Agricultores Urbanos da localidade.

---

<sup>1</sup> Técnica Responsável: Kelen Aparecida Daher Borges.

<sup>2</sup> Técnico Responsável: Simião Gomes Leão.

## **a- Panorama Geral da AU em Belo Horizonte e em Minas Gerais:**

Segundo estes documentos, encontramos no Brasil um cenário favorável para avançar na implantação de ações (projetos e programas) e na formulação de políticas públicas no campo da agricultura urbana, sendo que no **âmbito federal**, desde 2004 tem sido crescente o interesse do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre o tema da Agricultura Urbana. Como resposta a uma diretriz definida na II Conferência Nacional de SAN<sup>3</sup>, foi realizada em 2007 uma pesquisa/diagnóstico sobre agricultura urbana em regiões metropolitanas brasileiras, através de edital público desse Ministério, coordenada pela REDE<sup>4</sup>, em parceria com IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável, que inclui informações sobre Belo Horizonte, inclusive de sua região metropolitana<sup>5</sup>. Como desdobramento e orientação desta pesquisa, o MDS lançou novo edital em final de 2007, como o objetivo de avançar na construção e implantação de uma política nacional de agricultura urbana iniciada em 2004 com outros editais focados em ações municipais.

Em julho de 2007, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, colocou em pauta de discussão a opção de desenvolvimento do Brasil, avançando na efetivação da LOSAN<sup>6</sup>, através da construção do Sistema Nacional de SAN e aponta a AU como uma alternativa para se promover a SAN através do estabelecimento de uma política nacional de agricultura urbana e periurbana, que opera uma REDE-AU formada por gestores públicos de ONGs, universidades, empresas de pesquisa e extensão, governo e os agricultores urbanos, que promovem atividades e ações em diversas regiões metropolitanas do Brasil entre as que destacam a formação dos CAUPs - Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana.

No **âmbito estadual** teve destaque a incorporação da agricultura urbana como ação estratégica no Plano Estadual de SAN e os avanços na regulamentação da lei estadual de AU (Lei 15.973 aprovada em 2006). A IV Conferência Estadual de SAN, de março de 2007, destacou a AU como estratégia para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida das populações vulneráveis, principalmente nos municípios da região metropolitana. Em 2009, foi criado o CAUP da Região Metropolitana de Belo Horizonte, financiado através de fundos do MDS e coordenado pelo ITER - Instituto de Terras do Governo do Estado, que envolve o CONSEA-MG<sup>7</sup>, ONGs (REDE e IPES BRASIL), a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e movimentos sociais, na promoção da implantação de unidades produtivas, no intercâmbio e na geração de conhecimento entre agricultores urbanos, no fortalecimento da organização dos agricultores urbanos, além da assessoria técnica e provisão de insumos<sup>8</sup> de qualidade para os agricultores urbanos.

No **âmbito municipal**, o poder público municipal tem se envolvido cada vez mais com o tema da Agricultura Urbana, através de uma articulação institucional promovida pela SMAAB - Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento (que acompanha hortas escolares e comunitárias); pela FPM - Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte através dos CEVAEs – Centro de Vivência Agroecológica<sup>9</sup>, além de outras iniciativas de Meio Ambiente, de Educação e de Saúde. Outro indicativo importante é o processo de discussão da AU em Belo Horizonte, que possui na atualidade na Câmara Municipal de Vereadores em debate, diversas propostas para ao apoio a Agricultura Urbana<sup>10</sup>, sendo esta atividade indicada como a quinta atividade econômica da cidade pela Conferência da Cidade.

No município, diversas ONGs promovem ações de agricultura urbana de forma individual ou comunitária, destacando-se os cursos de fortalecimento das capacidades dos agricultores e seus grupos<sup>11</sup>, a promoção de hortas e a participação política dos agricultores. Entre 2006 e 2008, o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro – CCF implantado pelo IPES/Fundação RUAFA em parceria com a Prefeitura e a

<sup>3</sup> Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>4</sup> Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas.

<sup>5</sup> A RMBH é o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural de Minas Gerais, representando em torno de 40% da economia e 25% da população do estado.

<sup>6</sup> Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>7</sup> Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais.

<sup>8</sup> Na atividade agrícola os insumos são compreendidos como todos os produtos necessários à produção vegetal e animal: adubos, vacinas, tratores, sementes, entre outros.

<sup>9</sup> Política e equipamento público que visa ser referencial para as ações de agricultura urbana e meio ambiente em 4 regionais da cidade, implementada pela Prefeitura em parceria com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) tiveram uma ação referencial em agricultura urbana tanto em Belo Horizonte como no Brasil nos anos de 1995 a 2001.

<sup>10</sup> O PL 332/2009 institui a criação do cadastro de habilitação de lotes particulares vagos situados no Município de Belo Horizonte, que será divulgado pelo Executivo, com destinação à implantação de Horta Comunitária de caráter exclusivamente social. O PL 274/09 institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, que é parte integrante da política agrícola voltada para a segurança alimentar e nutricional da população em bases sustentáveis. Por último, o PL 555/09 autoriza o Executivo a criar e implantar o Programa BH Pomar, que tem como objetivo a melhoria do ecossistema da cidade e da qualidade de vida dos cidadãos, visando ao desenvolvimento de uma consciência ecológica urbana e à proteção do meio ambiente.

<sup>11</sup> Dois exemplos são o projeto de formação de Agentes de Desenvolvimento Local em SAN e AU, conduzido pela REDE nos bairros Alto Vera Cruz, Granja de Freitas e Taquaril (regional Leste), Beija Flor e Capitão Eduardo (regional Nordeste), que ocorreu de 2001 a 2003. Ou projeto FStS que brinda Escolas de Campo para 4 grupos de agricultores voltados para ao fortalecimento da organização e o plano de negócios.

REDE promoveu um novo enfoque para a AU como ferramenta de gestão, de intervenção e de planejamento no espaço urbano. Com a discussão fomentada pelo Programa CCF, a AU passa a ter um caráter transversal, identificando-se tanto com ações das políticas urbanas quanto das sociais, aprofundando-se o um diálogo entre governo e sociedade civil para a construção coletiva das bases de uma agricultura urbana que possa ser considerada ferramenta de gestão territorial. Atualmente, Projeto Global ***From Seed to Table FSTT*** (“Belo Horizonte Cultivando a Agricultura Urbana: Da Semente à mesa”), apóia diversos grupos de agricultores urbanos através da identificação participativa de produtos promissores, na formulação de planos de negócios, além do apoio técnico e econômico para sua implantação, buscando fortalecer e ao mesmo tempo, agregar valor a cadeia produtiva, como alternativa para melhorar a renda e SAN dos agricultores envolvidos<sup>12</sup>.

Desde 2009 funciona o Espaço de Agricultura Urbana de Belo Horizonte, que aglutina parceiros no debate político e na prática da agricultura urbana em Belo Horizonte e que também elaborou um Plano de Ação de AU para BH que vêm sendo implantado. Já na **região metropolitana de Belo Horizonte**, diversos municípios promovem programas de AU, destacando: Lagoa Santa, Brumadinho e Contagem, onde se encontra o CMAUF – Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar. Além da AMAU<sup>13</sup> - Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, que desde 2001 nucleia organizações de agricultores urbanos e periurbanos, organizações não governamentais, alguns municípios e público universitário, que juntos buscam fortalecer e qualificar a discussão sobre a Agricultura Urbana. Essas discussões levam em consideração as bases agroecológicas e sua relação com a segurança alimentar e nutricional, a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida, a biodiversidade e o fortalecimento da cultura popular das comunidades urbanas e gestão do espaço urbano.

#### **b- Panorama dos Grupos de AU em Belo Horizonte:**

Agricultores e agricultoras urbanas são encontrados em todas as regiões da cidade e abrangem todas as classes sociais. Embora ações identificadas de AU sejam mais numerosas em bairros residenciais periféricos, de classe social baixa e média baixa, ainda assim, ocorrem em bairros de maior poder aquisitivo (iniciativas individuais em casa ou inclusive em apartamento). Vilas e favelas, onde praticamente não existem espaços vazios, a AU ocorre em encostas declivosas, sobre a laje das moradias, em latas e em caixas penduradas nas paredes, etc. No geral encontramos agricultores urbanos organizados e não organizados, com ou sem apoio do poder público, ONGs ou outras instituições que desenvolvem suas atividades em uma diversidade de espaços (públicos, lotes vagos, privados, institucionais, etc). Também encontramos hortas escolares, onde professores e alunos desenvolvem atividades, que em muitos casos, se tornam exemplos para a replicação de hortas domésticas e de fundo de quintal.

Os Agricultores Urbanos de BH na maioria são homens ou mulheres adultos e/ou idosos, e, em menor quantidade, jovens. As motivações são comuns na maior parte das iniciativas, tais como: a promoção da segurança alimentar e nutricional, a melhoria da saúde, a geração de renda direta (monetária) e ou indireta (não monetária, através da troca ou gerando economia nas despesas com alimentação e saúde), a busca por uma ocupação/terapia, ou mesmo pela AU como uma ação de cidadania e do fortalecimento da comunidade, de participação e de influência sobre o ambiente urbano. Entre aqueles que encontram a motivação na geração de renda, a agricultura urbana ainda não é atividade principal, gerando renda complementar para estas famílias.

Em termos gerais, encontra-se **produção em áreas públicas ou privadas**, com ou sem apoio de programas e projetos governamentais ou de organizações da sociedade civil, que tem como principal destino o auto consumo e a comercialização do excedente. A doação também ocorre, principalmente para famílias mais necessitadas e para instituições de assistência social reconhecidas pelas comunidades.

---

<sup>12</sup> No ano de 2009, em continuidade ao projeto “Belo Horizonte Cultivando a Agricultura Urbana: Da Semente à Mesa”<sup>12</sup>, três grupos de agricultores locais foram selecionados para uma nova fase estratégica desse projeto, são eles: horta da Vila Pinho, Horta do Jardim Produtivo e horta do Cevae Capitão Eduardo. Sendo abordado nesta fase temas relacionados a organização coletiva e produtiva dos grupos, com o intuito de que pudessem ampliar a produção e a comercialização, gerando assim, mais receita para os agricultores envolvidos. Além das ações de organização produtiva e das formas de gestões dos grupos, também estavam previstas no projeto, estudos sobre as demandas destes grupos de AU em termos de atendimentos das suas necessidades de recursos para melhoria e beneficiamento de cadeia produtiva e do modelo de gestão organizacional.

<sup>13</sup> Segundo informações obtidas na REDE, a origem da AMAU remonta a 2001, quando o FMSANS - Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em parceria com o CONSEA/MG - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais realizou um levantamento de iniciativas de agricultura urbana na região metropolitana de Belo Horizonte e criou um grupo de trabalho do FMSANS para aprofundar a discussão sobre esta temática. Esse grupo promoveu, em 2004, a “Caravana Dignidade e Vida - Segurança Alimentar e Agricultura Urbana – Região Metropolitana de Belo Horizonte” que caracterizou 23 iniciativas de agricultura urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. Como resultado dessa Caravana, foi formada ainda em 2004, a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, como um espaço permanente de encontro, intercâmbio e fortalecimento de grupos e organizações sociais da região metropolitana de Belo Horizonte e que em 2005, realizou 02 encontros com a participação de em média de 70 pessoas e organizações da região.

Nestes casos, a produção inclui hortaliças, legumes, ervas aromáticas, plantas medicinais, pequenos animais e, em menor medida, frutíferas. Alguns grupos promovidos pela SMAAB e a FPM estão planejando uma parte da produção para a comercialização (exemplos atuais é a horta Vila Pinho, do Jardim Produtivo e do CEVAE Capitão Eduardo que faz parte do Projeto FSTT), mas ainda esta opção não é majoritária.

Aos grupos atuantes em hortas comunitárias ou em espaços públicos assistidas pela SMAAB e pela FPM recebem, de uma maneira geral, assistência técnica (da PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ou de convênio com a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), aporte de insumos (principalmente sementes) e ferramentas, subsídio para o abastecimento de água e energia elétrica e o apoio para o transporte de esterco comprado pelos próprios agricultores, através do uso de caminhões da prefeitura. Outros grupos vinculados a projetos específicos também recebem apoios pontuais similares, geralmente, durante na execução dos projetos.

Existe também a **produção em espaços institucionais (escolas, postos de saúde, etc.)** onde os produtos são absorvidos pela própria instituição para a preparação das refeições, e também destinada para as famílias dos alunos e agricultores envolvidos na produção. Muitas vezes, no entanto, a produção nas áreas institucionais fica a cargo de funcionários interessados que desenvolvem essa atividade como parte de suas atribuições, sem que a AU faça parte ou entre no cenário das ações desenvolvidas pela instituição junto à comunidade. Geralmente, essas pessoas tomam a frente dessas atividades por identificarem-se com a lida na terra. Nestes casos, a produção inclui hortaliças, legumes, ervas aromática e plantas medicinais.

Existem ainda, em Belo Horizonte, criadores de animais de médio e grande porte como cavalos, jegues, cabras, bois e vacas. A maioria dessas criações ocorre em bairros periféricos e utilizam áreas não construídas, públicas e privadas, com vegetação propícia para pastagem. É tradição na cidade a utilização de carroças puxadas por cavalos para o transporte de carga dentro dos bairros, principalmente entulho e resto de construção (bota-fora) e também resto de poda de jardins. Há um programa da prefeitura de BH, coordenado pela SLU<sup>14</sup> e em parceria com a Escola de Veterinária da UFMG, que cadastra os carroceiros, emplacando suas carroças e dando acompanhamento sanitário e de saúde aos animais. Entretanto é importante ressaltar que, apesar de sua atuação direta de AU, esses criadores de animais são considerados para a economia local como prestadores de serviço (setor terciário, e não primário, onde poderiam se situar se considerados, economicamente, como atores da AU).

**De uma maneira geral**, o cenário de AU em Belo Horizonte é uma demanda movida por iniciativas locais (PBH, REDE, etc.), estaduais (Articulação Metropolitana, ITER - Instituto de Terras em Minas Gerais, etc.), federais (MDS) e internacionais (IPES/RUAF), que incluem avanços nos marcos legais, e oferecem algum apoio para o fortalecimento das capacidades de produção, a organização dos agricultores e em menor medida na comercialização e a transformação.

Mediante a integração destas iniciativas, nos últimos anos vêm sendo discutidos assuntos pertinentes ao tema e formadas parcerias<sup>15</sup>, que tentam alavancar novos caminhos para soluções e ações articuladas entre o poder público e a sociedade civil, a fim de formular uma política pública de AU para a cidade.

As iniciativas citadas anteriormente já contribuem significativamente para o processo de atividades dos grupos envolvidos com a AU, uma vez que já envolvem o apoio público e de diversas entidades, que estão diretamente envolvidas na forma de atuação e organização dos grupos comunitários. Outro aspecto relevante é que os grupos de AU já são conhecidos por muitos moradores das comunidades em que vivem e praticam a atividade, pois atuam como fontes alternativas de abastecimento da cadeia alimentar derivada da horticultura para muitas famílias, inclusive dos próprios agricultores envolvidos.

Contudo, o acesso ao crédito e financiamento, tanto para a implantação de novas hortas quanto para a melhoria da produção orientada para o mercado enfrenta muitas dificuldades, ora porque não são legalmente constituídos, ora porque são grupos carentes de informações para que obtenham acesso ao sistema financeiro formal ou de outras fontes de financiamento.

## **2. DEMANDAS DOS AGRICULTORES URBANOS EM BH:**

A existência de iniciativas baseadas em finanças solidárias, constituídas através do esforço de setores sociais, em busca da viabilização de recursos econômicos, que sustentem modelos sustentáveis e a emancipação social e econômica das comunidades envolvidas, ainda não é suficiente para atender e suprir demandas, tais como as dos grupos de AU existentes em Belo Horizonte.

<sup>14</sup> Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte.

<sup>15</sup> São exemplos destas parcerias o apoio encontrado na Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento (SMAAB) e na Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte para a implantação de ações concretas e a promoção de políticas públicas.

No Brasil esse movimento solidário é ainda relativamente incipiente, devido ao restrito hábito de poupança da população e de vários entraves legal, que dificultam a constituição de cooperativas de créditos às diversas demandas empobrecidas da população em busca de financiamentos. Ao contrário do que ocorre em outros países, cujo movimento das finanças solidárias tem importante impacto no desenvolvimento das comunidades mais carentes, além de possuírem condições operacionais, dotadas de maior flexibilidade legal.

Para uma compreensão mais clara sobre a identificação das demandas dos Agricultores Urbanos em BH, optamos primeiramente por identificar as potencialidades e limitações para o desenvolvimento das atividades, para em seguida apresentar as principais demandas, com foco nos grupos do FSTT.

#### **a- Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento da AU em Belo Horizonte:**

Com relação às **potencialidades** observamos que a maioria dos agricultores urbanos de BH atua em áreas públicas e/ou particulares, que possuem terras férteis para melhorias dos cultivos, salvo exceções de algumas correções do solo. Quando isso ocorre, pode-se tornar um empecilho na cadeia produtiva, pois uma das grandes dificuldades dos produtores é com relação ao custo e a aquisição dos insumos. De uma maneira geral, o clima em Minas Gerais é apropriado para o cultivo, o que contribui para o sucesso produtivo (luminosidade, solos, lençóis freáticos, etc.).

Nos casos de hortas residenciais há hábito de reserva de água através de cisternas ou armazenamento de água pluvial em tambores. Já nas áreas públicas, há fornecimento de água de sistemas de abastecimento existentes como o da COPASA ou de outras fontes naturais e/ou construídas (poços artesianos, cisternas, etc.). Uma horta (Jardim Produtivo) implantou um sistema de cisternas e de irrigação para toda a horta e outras hortas têm poços (Vila Pinho). Os agricultores envolvidos se interessam pela atividade e estariam dispostos a ampliar suas produções, desde que tivessem mais áreas disponíveis e maior apoio para que consigam desenvolver a atividade. Alguns grupos têm sistemas incipientes de poupança para a compra de esterco e insumos.

Já as **limitações** percebidas dizem respeito em grande parte às dificuldades técnicas vivenciadas pelos agricultores, como no combate as pragas, ao acesso a novas técnicas de plantio e de processo de irrigação e/ou estruturais (cercas, estruturas físicas para produção, sanitárias, escritórios, etc.). As maiorias dos grupos precisam ter maior apoio e Assistência Técnica constante, que venham suprir às necessidades específicas de cada área produtiva. E como muitos grupos recebem apoio externo, percebe-se como uma limitação a falta de insumos, especialmente quando a PBH ou a ONG com quem trabalham não fornece os insumos. É notável a dificuldade que os grupos encontram no gerenciamento e gestão da atividade, tanto quanto produzindo individualmente quanto coletivamente. Estas dificuldades são percebidas tanto na falta de reservas financeiras significativas e permanentes quanto na adoção de práticas coletivas para o funcionamento das hortas. A posse segura do solo é uma preocupação de muitas hortas que limita os investimentos, pois muitos espaços são públicos e destinados a outros fins no futuro.

Observa-se também que as hortas produzidas em áreas públicas e/ou cedidas, nem sempre são suficientes para a ampliação produtiva, visto que há muitos agricultores envolvidos, o que reduz o espaço para a produção individual e ao mesmo tempo, restringe e limita a legalização da ocupação nestas áreas, o que também contribui para dificultar o processo produtivo. Já nas áreas residenciais, os espaços são mínimos e os agricultores precisariam encontrar alternativas para a ampliação da produção, o que muitas vezes não é possível, principalmente, quando a prática do cultivo é realizada por mulheres<sup>16</sup>.

Quanto se trata de recursos financeiros próprios ou de terceiros, as limitações se tornam ainda mais complexas, porque coletivamente, muitos agricultores encontram dificuldades para gerir e lidar com recursos do grupo seja para a aquisição de insumos e ferramentas, pagamentos de despesas do grupo, melhorias das hortas, etc. Cabe ressaltar, que a mesma dificuldade é percebida quando praticada individualmente, cujas condições de aquisições ocorrem com custos ainda maiores.

#### **b- Demandas dos Agricultores Urbanos de Belo Horizonte:**

As demandas levantadas neste estudo foram realizadas a partir de documentos produzidos pela REDE em 2007 e de levantamentos de campos realizados pelo CADEB no marco da FSTT EM 2009. Na REDE utilizamos o conhecimento obtido através do estudo de diagnósticos e outros levantamentos de campos realizados. No FSTT os levantamentos das demandas reais dos agricultores, que foram prospectados através da coleta de informações em entrevistas coletivas, que ocorreram durante reuniões e visitas

---

<sup>16</sup> Muitas vezes são donas de casa, que além de contribuírem para a renda familiar e/ou subsistência alimentar, encontra dificuldades para saírem de suas residências, devido ao número elevado de filhos e mesmo, de restrições de seus cônjuges.



técnicas, realizadas junto aos grupos de agricultores urbanos. Sendo que as informações foram diagnosticadas através da realização de entrevistas coletivas em reuniões e visitas técnicas, realizadas juntos aos grupos de AU participantes do projeto. Cabe ressaltar, que os levantamentos das demandas aqui apresentadas não incluem ainda a capacidade de endividamento real dos grupos.

Desta forma, é possível organizar as principais **demandas** dos agricultores urbanos de Belo Horizonte em três grandes grupos:

1. **Demandas de infra-estrutura**, que inclui:

- i) Construção de espaços multiuso (salão que possua banheiros e estrutura com lavatório para beneficiamento dos produtos, capacitações, reuniões do grupo, etc.);
- ii) Implantação do sistema de captação de água (cisternas, aquisição de bomba de água, etc.) e sistemas de irrigação (melhoria e ampliação);
- iii) Reconstrução e ampliação de estufas, túneis, sombrite, sementeiras, etc.;
- iv) Aquisição de uma barraca para ponto de comercialização e outra infra-estrutura (balança, caixas, etc.);
- v) Aquisição de carrinhos ou bicicleta de carga para transporte das hortaliças aos pontos de venda;
- vi) Ampliação da área de plantio e melhora do manejo ecológico (poda) das áreas das hortas;
- vii) Moveis e materiais de escritório;

2. **Demandas de insumos**, que inclui:

- i) Aquisição de esterco,
- ii) Aquisição de sementes;
- iii) Aquisição de ferramentas;
- iv) Aquisição de água tratada da COPASA;

3. **Demandas de assessoria técnica e fortalecimento das capacidades**, que inclui:

- i) Assessoria e capacitação na produção;
- ii) Assessoria e capacitação na comercialização;
- iii) Assessoria e capacitação na gestão administrativa das hortas (registros, contabilidades, etc.);
- iv) Assessoria e capacitação na gestão dos grupos (organização e funcionamento);

Os quadros 1, 2 e 3 apresentam algumas demandas das hortas do FSTT para posterior identificação de custos e potenciais fontes de financiamento.

QUADRO 1 - DEMANDAS DO GRUPO VILA PINHO (REGIONAL BARREIRO)

TIPO DE DEMANDA	DEMANDA	VALOR ESTIMADO DA DEMANDA EM R\$	O GRUPO TEVE INICIATIVAS PARA BUSCAR RECURSOS	O GRUPO RECEBE AJUDA PARA ESSA DEMANDA
Infra-estrutura	Aquisição de uma estrutura metálica para ponto de comercialização (barraca).	2 barracas 1.500,00	Sem informação.	FSTT
Insumos	Aquisição de esterco, sementes e outros.	1.000,00 por mês.	Tentaram fechar um acordo com a Regional Barreiro/PBH, para fornecimento permanente de esterco. Ocasionalmente recebem caminhões de podas de jardins.	Regional Barreiro/PBH

TIPO DE DEMANDA	DEMANDA	VALOR ESTIMADO DA DEMANDA EM R\$	O GRUPO TEVE INICIATIVAS PARA BUSCAR RECURSOS	O GRUPO RECEBE AJUDA PARA ESSA DEMANDA
	Aquisição de sistema de irrigação (melhoria e ampliação).	1.200,00	Sem informação.	Regional Barreiro/PBH
Assessoria técnica	Para a produção, comercialização e gestão administrativa.	Sem informação.	O grupo tem assessoria técnica desde o seu início (Convenio SMAAB-PBH/ EMATER).	Apoio de um técnico da Regional Barreiro e Assistência técnica do CADEB (organização) e JOTA (produção para comercialização).

Fonte: CADEB - Centro de Auto Desenvolvimento do Brasil.

QUADRO 2 - DEMANDAS DO GRUPO JARDIM PRODUTIVO (REGIONAL BARREIRO)

TIPO DE DEMANDA	DEMANDA	VALOR ESTIMADO DA DEMANDA EM R\$	O GRUPO TEVE INICIATIVAS PARA BUSCAR RECURSOS	O GRUPO RECEBE AJUDA PARA ESSA DEMANDA
Infra-estrutura	Construção de um espaço multiuso (salão que possua banheiros e estrutura com lavatório para beneficiamento dos produtos).	4.280,00	Foi feito um projeto amplo em articulação com a PBH.	Não
	Aquisição de sistema de irrigação (melhoria e ampliação).	1.200,00	O grupo mantém diálogo constante com a SMAAB.	FSTT, Switch
	Reconstrução e ampliação da estufa, túnel, sombrite, etc.	Sem informações.	Não.	SMAAB, FSTT
	Aquisição de uma estrutura metálica para ponto de comercialização (barraca).	Uma barraca 980,00	Não.	FSTT
	Aquisição de moveis e materiais de escritório.	500,00	Não.	Não.
Insumos	Aquisição de esterco, sementes e outros.	1.600,00 por mês	O grupo definiu uma proposta de estabelecer contribuições dos agricultores através de mensalidades para garantir um fundo para investimentos na horta.	SMAAB, FSTT
Assessoria técnica	Para a produção, comercialização, gestão administrativa e organizativa.	Sem informação.	O grupo tem assessoria técnica desde o seu início (Convenio SMAAB-PBH/ EMATER).	Apoio de SMAAB e Assistência técnica do CADEB (administração /organização) e JOTA (produção para comercialização).

Fonte: CADEB - Centro de Auto Desenvolvimento do Brasil.

QUADRO 3 - DEMANDAS DOS GRUPOS CEVAE CAPITÃO EDUARDO (REGIONAL NORDESTE) E SERRA VERDE (REGIONAL NORTE)

TIPO DE DEMANDA	DEMANDA	VALOR ESTIMADO DA DEMANDA EM R\$	O GRUPO TEVE INICIATIVAS PARA BUSCAR RECURSOS	O GRUPO RECEBE AJUDA PARA ESSA DEMANDA
Infra-Estrutura	Ampliação da área de plantio.	Sem informação.	Existe um diálogo com a FPM para ampliação da área.	Proposta desenhada pelo FSTT
	Manejo ecológico (poda).	Sem informação.	Depois de algumas reuniões iniciou-se as podas das palmeiras, evitando o excesso de sombreamento nos canteiros.	FPM
	Aquisição de uma bomba de água.	300,00	A proposta está em início de discussão com o grupo.	Não
	Irrigação (melhoria e ampliação).	Sem informação.	Diálogo com a FPM.	Não
	Aquisição de uma estrutura metálica para ponto de comercialização (barraca).	2 barracas 1.500,00	Sem informação.	FSTT
	Carrinhos para transporte das hortaliças.	5 carrinhos R\$ 519,00	Sem informação.	Não
	Aquisição de uma bicicleta de carga.	800,00	Sem informação.	Não
Insumos	Aquisição de esterco, sementes e outros.	1.600,00 por mês	O grupo definiu uma proposta de estabelecer contribuições dos agricultores através de mensalidades para garantir um fundo para investimentos na horta.	SMAAB, FSTT
Assessoria técnica	Para a produção, comercialização e gestão administrativa.	Sem informação.	O grupo tem assessoria técnica desde o seu início (Convenio SMAAB-PBH/ EMATER).	Apoio de SMAAB e Assistência técnica do CADEB (administração /organização) e JOTA (produção para comercialização).

Fonte: CADEB - Centro de Auto Desenvolvimento do Brasil.

Contudo, as demandas existentes nos diversos grupos de agricultores urbanos são parecidas e abordam as dificuldades vivenciadas pelos grupos de AU em BH, sendo que alguns contam com mais apoio do que outros, variando da localização em que estão situados e das iniciativas que impulsionaram a atividade. Assim, percebe-se que as necessidades de créditos e de financiamentos também são bastante parecidas, no sentido de modificar o cenário e o contexto em que se encontram inseridos, onde também se observa que as potencialidades e as limitações encontradas são similares tanto nas iniciativas familiares quanto comunitárias/institucionais.

**As características aqui apresentadas reforçam o conhecimento e mapeamento das demandas reais dos grupos apoiados pelo Projeto Global *From Seed to Table FSST* e dos demais existentes em Belo Horizonte.** Mediante estas informações torna-se possível a apresentação de alternativas que possam contribuir de alguma forma para impulsionar a atividade produtiva das experiências conhecidas. Buscando a melhoria o entorno financeiro existente, em busca de um ambiente que facilite o financiamento da AU nestas organizações, além de propor soluções práticas para solucionar as necessidades imediatas e futuras, visando ampliar as possibilidades de atuação dos grupos envolvidos.

### 3. LINHAS DE FINANCIAMENTOS E CRÉDITOS PARA A AGRICULTURA URBANA:

Com o propósito de promover e melhorar a participação dos grupos de AU na distribuição de renda nacional propõe-se neste estudo conhecer as possibilidades de acesso aos serviços financeiros existentes em Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais, que possam servir de impulso para as atividades iniciadas. Sendo que estes levantamentos foram realizados através pesquisas nos sites das instituições e em livros didáticos e impressos, que abordam o tema.

É importante frisar que o Sistema Financeiro Brasileiro é bastante forte e eficiente, porém ainda de difícil acesso para uma parcela expressiva da população e dos pequenos negócios. Isto significa que a oferta existe, mas que não garante o acesso aos serviços financeiros. Por isso além de estudar as possíveis fontes, posteriormente serão selecionadas aquelas com maior potencial para atender às necessidades dos grupos de Agricultores Urbanos de Belo Horizonte, a fim de aprofundar o conhecimento sobre os requisitos necessários, para que possam ter acesso aos financiamentos.

Contudo, para melhor compreensão dos tópicos que serão apresentados torna-se importante a diferenciação entre empréstimo e financiamento bancário, sendo que o primeiro é um crédito destinado ao atendimento de necessidades dos clientes, sem destinação específica e o segundo, uma operação bancária de antecipação de crédito com destinação específica em contrato. As linhas bancárias apresentadas neste estudo são aquelas que mais se aproximam das demandas de AU, sendo existentes outras que não foram citadas, pois ora extrapolam as necessidades demandadas e ora são relacionadas a outros segmentos. Cabe ressaltar, que modalidades de financiamentos oriundas de projetos públicos e de outras entidades (FSTT, etc.), também são consideradas como fontes de recursos para os grupos em estudo, mas o que se propõe neste estudo é a análise de fontes específicas existentes no mercado.

Cabe ressaltar que **as maiores demandas dos agricultores urbanos em BH podem ser resumidas em 3 grandes grupos:** 1) Infra-estrutura; 2) Insumos, e 3) Assessoria Técnica e Fortalecimento das Capacidades. Ao condensar as demandas em grupos, propomos apresentar o estudo pesquisando as possibilidades de financiamentos que possa atendê-las, seguindo três linhas de análise, onde inicialmente mapearemos as opções encontradas no **Sistema Bancário**, seguida dos programas e projetos disponibilizados pela **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte** e por fim, outras **fontes de cooperação**, que podem contribuir para o incremento da AU em BH.

#### **a- Sistema Bancário:**

No geral, as linhas de créditos e financiamentos existentes no sistema bancário são destinadas a empresas de todos os portes, inclusive associações e cooperativas. No entanto, não são específicas e adequadas para a AU, embora existam linhas voltadas para as atividades agropecuárias, cujas exigências, na maioria das vezes, extrapolam a realidade dos grupos de AU em estudo.

Entretanto, neste sistema é notório o interesse pelo desenvolvimento do país, mas na maioria das vezes destinadas a financiar às micros, pequenas, médias e grandes empresas, mas ainda não sendo desenvolvidas linhas especificamente para atender a população que desenvolve a agricultura urbana. Isto ocorre devido à dificuldade e visão empresarial, de como enquadrar e qualificar os agricultores urbanos, visto que estes muitas vezes são famílias que desenvolvem uma atividade comunitária, em um espaço que na maioria das vezes é cedido e não de propriedade do agricultor envolvido. Contudo, isto não implica a não criação e/ou não surgimento de linhas voltadas para esse segmento, que dependem de articulações políticas e públicas, que envolvam as demandas existentes, no sentido de construí-las.

A maioria das operações de financiamentos do sistema bancário envolve programas e linhas específicas, que são comuns nesse sistema e que abrangem modalidades diversificadas, tais como: FINEM<sup>17</sup>; FINAME<sup>18</sup>; BNDES automático; fiança do Funproger<sup>19</sup>, do Fampe<sup>20</sup> ou do FGPC<sup>21</sup>; FCO<sup>22</sup>; FUNGETUR<sup>23</sup>;

<sup>17</sup> Financiamento a empreendimentos de valor igual ou superior a R\$ 10 milhões, realizado diretamente pelo BNDES ou por meio das Instituições Financeiras Credenciadas. O Produto divide-se em Linhas de Financiamento, com objetivos e condições financeiras específicas, para melhor atender as demandas dos clientes devido ao porte e à atividade econômica.

<sup>18</sup> A FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial), é um órgão subsidiário ao BNDES, criado em setembro de 1964. Oferece financiamentos, sem limite de valor, para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, e *leasing* de equipamentos nacionais através de instituições financeiras credenciadas.

<sup>19</sup> FUNPROGER - FUNDO DE AVAL PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA tem por finalidade avaliar as pessoas físicas e jurídicas tomadoras de financiamentos através das linhas de crédito no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, setor Urbano. O FUNPROGER participa na operação como avalista para complementar as garantias apresentadas pelo mutuário, mas não desobriga o mutuário do pagamento da dívida, portanto, não deve ser confundido com seguro de crédito.

<sup>20</sup> Como alternativa para modificar o quadro desfavorável ao fortalecimento dos pequenos negócios, que têm dificuldades para atender às garantias exigidas pelos agentes financeiros, o SEBRAE se dispõe a ser avalista ou fiador na operação de crédito. Para tanto, criou o FAMPE - Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, que tem a função exclusiva de complementar as garantias exigidas pelo agente financeiro. Ou seja, o Fundo de Aval não substitui totalmente a necessidade de outras garantias, nem pode ser utilizado quando

PROGER<sup>24</sup>; PRONAF<sup>25</sup>, dentre outros; que seguem o enquadramento do perfil das empresas interessadas e podem ser realizadas diretamente no banco ou em instituições credenciadas, sendo ou não necessária a apresentação de projetos de viabilidade econômica (dependendo do valor do crédito e das exigências próprias de cada Banco e/ou programa).

Cabe ressaltar, que existem diversas linhas destinadas a pessoas físicas, mas não sendo neste caso próximas da realidade dos agricultores urbanos, uma vez que estamos visando linhas que possam incluir grupos de AU e não apenas, um único agricultor. Apesar do sistema bancário também operar com recursos próprios, e em muitos casos, com repasses de órgãos estaduais, federais e internacionais, recursos do FGTS<sup>26</sup> e das contas de poupança, seguem critérios adotados pelos fundos repassadores e programas específicos para aprovar os riscos da empresa, do grupo econômico ou do empreendimento para atender a demanda.

Outro aspecto que dificulta o acesso dos grupos de AU são as garantias exigidas, sendo usuais modalidades como a alienação fiduciária<sup>27</sup> das máquinas, veículos e equipamentos que estão sendo adquiridos, penhor<sup>28</sup>, hipoteca<sup>29</sup>, do conjunto industrial existente ou a ser construído, notas promissórias<sup>30</sup>, caução de recebíveis<sup>31</sup>, aval<sup>32</sup> e/ou fiança<sup>33</sup> dos sócios ou de terceiros. As garantias variam de acordo com o Banco, mas seguem os exemplos apresentados anteriormente. Já em alguns bancos, às micro e pequenas empresas, as operações podem ser garantidas pelo fundo de aval e pelo FGPC - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade; de uma maneira geral, cada linha de financiamento ou programa tem suas características próprias. No anexo deste documento estão disponibilizadas algumas linhas de financiamento de vários bancos, que podem vir a ser interessantes para os grupos de AU, mas que ainda não são específicas para esta atividade e somente aproximam de alguns aspectos e demandas existentes (ver quadros 15, 16, 17, 18, 19 e 20).

---

o cliente já apresenta todas as garantias exigidas pelo agente financeiro. O agente financeiro poderá exigir garantias somente para a parcela do financiamento não coberta pelo FAMPE. O Fundo de Aval é operacionalizado somente pelos agentes financeiros credenciados pelo SEBRAE. O Banco do Brasil tem sido o principal agente financeiro na utilização do FAMPE nas operações de crédito realizadas com as micro e pequenas empresas.

<sup>21</sup> O FGPC (Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade) foi instituído pela Lei nº 9.531, de 10/12/1997, passando a vigorar nova regulamentação em 06/07/1999, por meio do Decreto nº 3.113. É constituído com recursos do Tesouro Nacional e administrado pelo BNDES, e tem por objetivo avaliar as micro, pequenas e médias empresas exportadoras que venham a utilizar as linhas de financiamento do BNDES, especificamente BNDES Automático, FINAME, BNDES-exim e FINEM. O aval do FGPC não desobriga o mutuário do pagamento da dívida. O apoio do FGPC a exportações não se aplica às empresas em processo de implantação.

<sup>22</sup> O FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – é um Fundo de crédito, criado pela Constituição Federal de 1988, voltado para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, cujo gestor do fundo constitucional é o Banco do Brasil. As empresas e os produtores rurais que desejam iniciar, manter ou aumentar atividades produtivas na Região podem contar com apoio do FCO, para o financiamento de seus empreendimentos, com longo prazo de pagamento e taxas de juros menores que os aplicados no mercado.

<sup>23</sup> O Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR foi criado pelo artigo 11 do Decreto-lei nº 2.1.191, de 27 de outubro de 1971 e é regido pelo Decreto-lei nº 2.1.439, de 30 de dezembro de 1975. E tem por objetivo prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade ou de interesse turístico, que assim vierem a ser definidos pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, desde que atendido o disposto no Art. 14 do Decreto-lei nº 2.1.439, de 30 de dezembro de 1975.

<sup>24</sup> Os programas de geração de emprego e renda do FAT – PROGER compõem-se de um conjunto de linhas de crédito disponíveis para interessados em investir no crescimento ou modernização de seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade. Enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra e prioritários das políticas governamentais de desenvolvimento, além dos programas destinados a atender necessidades de investimento em setores específicos, objetivando aumentar a oferta de postos de trabalho e a geração e manutenção da renda do trabalhador.

<sup>25</sup> O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado com o objetivo de fortalecer atividades do agricultor familiar e de suas cooperativas e aumentar sua renda, agregando valor ao produto e à propriedade daqueles que desenvolvem a atividade com a sua força de trabalho e a de sua família.

<sup>26</sup> Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

<sup>27</sup> É a transferência da propriedade de um bem móvel ou imóvel do devedor ao credor para garantir o cumprimento de uma obrigação.

<sup>28</sup> Penhor é um empréstimo à pessoa física, mediante garantia, de um bem (jóias, pedras preciosas, metais nobres e outros). É também conhecido vulgarmente como colocar no "prego".

<sup>29</sup> É uma garantia real extrajudicial e incide sobre bens imóveis ou equiparados que pertençam ao devedor ou a terceiros. Alguns exemplos de bens equiparados que podem ser dados em hipoteca são navios e aeronaves.

<sup>30</sup> É um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. A nota promissória é uma promessa de pagamento, para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título.

<sup>31</sup> É um depósito de títulos ou de direitos de créditos a receber (duplicatas, cheques pré-datados, cartão de crédito), de propriedade do devedor, oferecidos como garantia de uma dívida.

<sup>32</sup> É a declaração cambial através da qual uma pessoa (avalista), se torna responsável pelo pagamento de um título de crédito nas mesmas condições de seu avalizado.

<sup>33</sup> É uma modalidade contratual onde um terceiro, alheio ao contrato principal, serve como garantidor do pagamento dos valores assumidos pelo devedor no referido contrato principal. Esta modalidade contratual deverá ser sempre expressa, ou seja, escrita. A fiança é utilizada para dar maior garantia ao credor, que disporá dos bens do terceiro, no caso do fiador, quando o devedor do contrato não tenha bens ou condições financeiras suficientes para arcar com os pagamentos nele previsto. O exemplo mais usual aparece no Contrato de Locação.

É importante mencionar que em alguns bancos há possibilidade de consulta a respeito de novas linhas de financiamento, pois podem criar programas emergenciais e/ou novos, principalmente para o atendimento às micro e pequenas empresas, como é o caso do BDMG<sup>34</sup>. Neste banco também encontramos uma linha de apoio financeiro ao produtor rural em atividades agrícolas, pecuárias ou florestais, cujos clientes são agricultores e trabalhadores rurais, com projetos de investimentos em propriedades localizadas no Estado de Minas Gerais.

Além de financiamento a investimentos destinados à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais realizados por empresas ou em parceria com instituições públicas ou associações de fins não econômicos, que objetivem a elevação do grau de responsabilidade social empresarial. Essa linha deve ser voltada para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos, como ocorre no BNDES<sup>35</sup> e se divide em duas modalidades: apoio a investimentos no âmbito da comunidade e apoio a investimentos no âmbito da empresa.

No entanto, o Banco do Nordeste<sup>36</sup> é a instituição que mais se aproximou da realidade dos grupos de AU, pois seu mercado principal são os Agentes Produtivos, aqueles que praticam ou possam vir a praticar atividades econômicas consideradas prioritárias para promover o desenvolvimento da região, impulsionando a geração de emprego, a renda, os impostos e as melhorias estruturais. Sendo que seus programas de financiamento e produtos e serviços são voltados para a sustentabilidade dessas atividades. Neste Banco encontra-se uma variedade de linhas de crédito, distribuídas nos principais setores do mercado: agroindustrial, rural, industrial, comercial, prestação de serviços e turismo; cada um contando com programas de financiamento específicos para sua atividade e demanda.

Outro Banco que seria interessante para os grupos de AU, seria o Banco do Povo<sup>37</sup>, onde a empresa e/ou empreendedor interessado busca informações e onde também são discutidas as linhas de créditos adequadas ao projeto e suas condições operacionais. Neste banco encontramos linhas de microcrédito<sup>38</sup> destinadas aos empreendedores de baixa renda com dificuldades de acesso ao mercado crédito formal e proprietários de pequena unidade produtiva, podendo ser formal ou informal. Todos os dados do cliente estão sujeitos à análise de crédito e à análise cadastral: SPC<sup>39</sup>, SERASA<sup>40</sup>, Cheque sem Fundo, Protesto e Ação Judicial. Contudo, estão sem linhas de créditos disponíveis para financiamentos e/ou empréstimos.

Já no Banco do Brasil<sup>41</sup> há linhas disponibilizadas do agricultor familiar ao produtor rural, da agroindústria às cooperativas, desde o custeio até a comercialização e também conta com programas especiais, convênios e soluções para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, além de seguros adequados para ter a sua lavoura protegida. E linhas do PRONAF, cujo programa atende agricultores familiares que possuem renda bruta familiar anual de até R\$ 110 mil e que apresentam a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, documento que qualifica o produtor a solicitar crédito para atividades agropecuárias (custeio e investimento)

---

<sup>34</sup> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG tem sido ao longo de quase cinco décadas, o principal agente executivo de programas e projetos prioritários do governo estadual, principalmente os de longo prazo. Sua trajetória, marcada pela eficiência e dedicação à causa do desenvolvimento mineiro, inclui intensa participação no esforço que viabilizou alguns dos empreendimentos de maior impacto estruturante na economia estadual.

<sup>35</sup> O BNDES é uma empresa pública federal, fundada em 1952 e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Que tem como objetivo financiar empreendimentos de qualquer porte, que contribuam para o desenvolvimento do país, notadamente os industriais e de infra-estrutura.

<sup>36</sup> O Banco do Nordeste é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e diferencia-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: promover o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil e Norte de Minas, através da capacitação técnica e financeira dos agentes produtivos regionais.

<sup>37</sup> O Banco do Povo é composto por 10 agências em Minas Gerais, que realiza empréstimos para capital de giro (aquisição de mercadorias e matéria prima) e para capital fixo (aquisição de ferramentas, equipamentos, veículos utilitários, máquinas novas e usadas; melhoria ou reforma de instalações; conserto de máquinas e equipamentos, etc), sendo que todos os itens adquiridos devem ser destinados às atividades do empreendimento.

<sup>38</sup> Linhas financiadas pelo BDMG.

<sup>39</sup> O Serviço de Proteção ao Crédito ou SPC é um serviço prestado no Brasil pela empresa SPC Brasil, órgão da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) para entidades que queiram saber a situação de adimplência e inadimplência de pessoas físicas ou jurídicas em uma relação de negócios. O SPC Brasil foi criado por comerciantes e empresários os quais possuem acesso ao banco de dados com informações de pessoas físicas e jurídicas a fim de auxiliar nas vendas e concessões de crédito. O SPC é um provedor de soluções para análise de crédito e cobrança e outras tecnologias que auxiliem o comércio.

<sup>40</sup> A Serasa é uma empresa privada que possui um dos maiores bancos de dados do mundo e dedica sua atividade à prestação de serviços de interesse geral. A instituição é reconhecida pelo Código de Defesa do Consumidor como uma entidade de caráter público (Lei 8.078, artigo 43, parágrafo 4º). Em seus computadores são armazenados dados cadastrais de empresas e cidadãos e informações negativas que indicam dívidas vencidas e não pagas e os registros de protesto de título, ações judiciais, cheques sem fundos e outros registros provenientes de fontes públicas e oficiais. Os dados de dívidas vencidas são enviados sob convênio com credores/fornecedores, indicando os dados do devedor. As informações da Serasa são fornecidas aos bancos, às lojas do comércio, às pequenas, médias e grandes empresas, com o objetivo de dar apoio às decisões de crédito e, assim, tornar os negócios mais baratos, rápidos e seguros.

<sup>41</sup> O Banco do Brasil é a maior instituição financeira da América Latina, que oferece soluções financeiras para todas as necessidades de empréstimos ou financiamento de empresas de qualquer porte. O Banco aplica recursos próprios e de captação e atua também como um Agente repassador do BNDES.

e não agropecuárias (artesanato e turismo rural). Além disso, o agricultor familiar pode contar com o seguro de produção – PROAGRO MAIS –, que permite cobertura decorrente de eventos climáticos naturais, doenças fúngicas ou pragas sem método difundido de controle ou prevenção, e ainda garante uma renda mínima para sua família; e com o seguro de preço – PGPAF<sup>42</sup> –, que garante ao produtor o recebimento de um bônus sempre que o preço de mercado de seu produto estiver abaixo do preço de garantia para sua região. Há também linhas do PROGER destinadas a financiar projetos de investimentos ou investimento com capital de giro associado para micro e pequenas empresas, que proporcionem geração ou manutenção de emprego e renda. Financiar o fornecimento, desenvolvimento ou aquisição de produtos ou serviços voltados à racionalização e a otimização do uso de energia.

Além de linhas disponibilizadas do agricultor familiar ao produtor rural, da agroindústria às cooperativas, desde o custeio até a comercialização. Também conta com programas especiais, convênios e soluções para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, além de seguros adequados para ter a sua lavoura protegida. Além de apoiar as atividades agropecuárias que seguem as normas técnicas do sistema orgânico e agroecológico de produção, disponibilizando linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização das atividades previstas no plano de manejo aprovado pela Instituição Certificadora. Contudo, a agricultura urbana e periurbana não são reconhecidas como parte da agricultura familiar e por isso, sem acesso ao DAP, limitando seu acesso a outros programas e linhas de financiamento como o PRONAF, etc.

De uma maneira geral, existem possibilidades de financiamento para a AU no sistema bancário vigente, mas que precisariam de uma moldagem e/ou adaptação voltada para as necessidades e o perfil dos agricultores urbanos caracterizados neste estudo.

#### **b- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:**

Belo Horizonte foi concebida no período de 1894 a 1897, seguindo as exigências urbanísticas de uma cidade moderna, para ser a nova capital do Estado de Minas Gerais. Segundo fontes pesquisadas, essa nova cidade deveria representar o avesso da antiga capital Ouro Preto, cidade imagem do Brasil colonial, buscando o rompimento com o passado colonial e instituindo mudanças, proveniente da instalação da República no País. Assim, várias cidades no Brasil passaram por reformas drásticas em nome da higiene, do saneamento, do progresso<sup>43</sup>.

Com um projeto global de cidade, Belo Horizonte foi criada atendendo às demandas da vida moderna, que deveriam promover mudanças profundas na vida social e cultural dos mineiros. Seguindo exemplos das cidades européias, propunha-se um novo padrão de sociabilidade voltado para o espaço público, cosmopolita<sup>44</sup> e urbano. Em seu planejamento foram demarcadas zonas, que funcionavam como instrumento para o controle da cidade, fixando limites que classificavam e hierarquizavam seu território, sendo a cidade dividida em zona urbana, suburbana e rural.

O município também pode ser considerado como uma metrópole mista entre tradição e modernidade, que destaca pela beleza de seus conjuntos arquitetônicos, pela rica produção artística e cultural e pelas inovações, que envolvem desde modelos tecnológicos, ambientais e mesmo sociais. Percebe-se que esse modelo inovador é vigente também nos dias atuais, pois na gestão de 2010, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, responsável pela administração pública da capital, diversas ações vinculadas a programas e projetos que beneficiam a população vem sendo desenvolvidas.

Neste estudo, **foram selecionados alguns dos programas municipais existentes, tais como do OP - Orçamento Participativo e de Programas Sociais<sup>45</sup>**, junto as Secretarias Municipais com potencial para apoiar o financiamento e o desenvolvimento dos grupos de AU. Desta forma, separamos as informações em três grupos: i) Financiadores de atividades de AU através de programas ou projetos com orçamento municipal; ii) Financiadores dos agricultores urbanos e seus grupos através da aquisição dos produtos da AU; iii) Outros financiadores potenciais. Assim, seguindo esse raciocínio, após a apresentação de cada programa selecionado, será mencionado o potencial que possuem para o atendimento da demanda dos agricultores urbanos envolvidos. Cabe ressaltar, que os potenciais percebidos devem ser considerados ainda como suposições, que precisam ser exploradas em maior profundidade, para validar e/ou criar mecanismos concretos e viáveis para a AU.

<sup>42</sup> Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar.

<sup>43</sup> No Estado de Minas Gerais, foi proposta uma nova capital, ao invés de reformar a antiga (RODRIGUES, 2010).

<sup>44</sup> Um cosmopolita ou cidadão do mundo é uma pessoa que deseja transcender a divisão geopolítica que é inerente as cidadanias nacionais dos diferentes Estados e países soberanos. Ao negar-se a aceitar a identidade patriótica ditada pelos governos nacionais e afirmar-se cada cidadão como representante de si mesmo, os cidadãos do mundo afirmam sua independência como cidadãos da Terra, do mundo, ou do cosmos.

<sup>45</sup> Neste programa foram selecionados projetos nas áreas de Cidadania, Alimentação, Defesa de Direitos, Educação, Inclusão Produtiva, Inclusão Social e Saúde.

i) Financiadores de atividades de AU através de programas ou projetos com orçamento municipal:

Um das Secretarias Municipais com potencial de financiador da AU é a **SMAAB**, criada em 1993, com o objetivo de planejar e coordenar a Política de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional da capital mineira, que segundo a PBH envolve diariamente, mais de um milhão de cidadãos belo-horizontinos. Sendo que todos os programas e projetos da SMAAB são estruturados a partir das seguintes linhas de ação:

- 1) Fomento à agricultura urbana;
- 2) Abastecimento e Regulação do Mercado;
- 3) Comercialização Subsidiada de Alimentos;
- 4) Assistência Alimentar e Nutricional;
- 5) Educação para o Consumo Alimentar;
- 6) Capacitação e Qualificação Profissional para a Geração de Emprego e Renda;
- 7) Gestão de Políticas Públicas em Segurança Alimentar e Nutricional.

Na atualidade as ações de AUP da SMAAB coordenam:

<b>Tipo de horta</b>	<b>Número de beneficiários</b>	<b>Destino da produção</b>
Escolares	45 hortas com 84.744 pessoas	Auto-abastecimento
Comunitárias	21 hortas co 5.975 pessoas	Auto-abastecimento
Comunitárias	21 hortas com 5.147 pessoas	Geração de renda

• **PROGRAMA SOCIAL (INCLUSÃO PRODUTIVA):**

Hortas e Pomares Escolares e Comunitárias<sup>46</sup>: estímulo à formação de hortas e pomares em escolas da Rede Municipal e em espaços comunitários pelos alunos e moradores, cujos produtos são aproveitados na merenda escolar e na alimentação das famílias. Para estudantes do ensino básico, associações de moradores e outras entidades civis com 42 hortas comunitárias<sup>47</sup> e 45 escolares. Nestas hortas são realizadas oficinas de plantio e de cultivo com utilização de materiais descartados (pneus, tubos de pvc, caixotes de madeira, garrafas de refrigerante pet, dentre outros) adaptáveis à produção em pequenos espaços. Nas hortas escolares são beneficiadas 84.744 pessoas e nas hortas comunitárias são 11 mil moradores.

**Potencial do Programa:** possíveis incentivadores da AU e compradores da produção dos agricultores urbanos (através da SMAAB e/ou outros setores públicos), pois este programa já faz parte das ações de AU realizadas em BH. Com potencial para ampliar as áreas de atuação, através da captação de recursos financeiros para a assistência técnica, atividades de fortalecimento dos grupos e aquisição de insumos e equipamentos.

Outro programa da PBH com potencial:

• **PROGRAMA SOCIAL (BH CIDADANIA):**

Este programa promove a inclusão social da população residente nas áreas de grande vulnerabilidade social da capital mineira. O programa já existe em nove áreas-piloto<sup>48</sup>, uma em cada regional de Belo Horizonte e integra as ações desenvolvidas pela Prefeitura em regiões carentes da capital, racionalizando o trabalho das equipes e os custos. As áreas envolvidas envolvem cultura, esporte, saúde, educação, abastecimento, direitos de cidadania e assistência social.

<sup>46</sup> Em 2010, a URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte e a SMAAB - Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento começaram a formatar uma parceria para a implantação de pomares e hortas comunitárias em vilas da capital. A proposta inicial é começar pelos aglomerados que estão sendo urbanizados pelo Programa Vila Viva. O projeto é mais uma iniciativa para viabilizar a sustentabilidade das intervenções, pois as hortas e pomares comunitários podem ser utilizados tanto para consumo próprio quanto para a geração de renda para as famílias reassentadas nos conjuntos habitacionais. A SMAAB será responsável pelo fornecimento de mudas e sementes, fertilizantes, ferramentas e ainda da assistência técnica. A URBEL será responsável pela articulação das comunidades e a indicação de espaços que possam ser usados para plantar os pomares ou hortas.

<sup>47</sup> Ao todo são 42 hortas comunitárias, sendo 21 para auto-abastecimento e 21 para geração de renda.

<sup>48</sup> Não há informações sobre os endereços das áreas pilotos nos sites pesquisados.



Há metas definidas para alcançar a todas as áreas classificadas como de pobreza 1 no Mapa de Exclusão Social, que prevê para cada um dos 28 núcleos, a construção de um centro “BH Cidadania”, para abrigar os Núcleos de Atenção Familiar, salas para oficinas de esporte e cultura, pontos de leitura, auditório multiuso, brinquedotecas, salas de atendimento e uma base de operação da Guarda Municipal. As áreas atendidas pelo programa também deverão contar com uma UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil, com funcionamento em período integral para crianças de zero a seis anos.

**Potencial do Programa:** possíveis compradores da produção dos agricultores urbanos através das cadeias de abastecimentos em seus postos de atendimento (através da SMAAB e/ou outros setores públicos) e mesmo como incentivadores da alternativa produtiva (fomento de novas ou de atuais hortas comunitárias) para a população residente nas regionais envolvidas. A agricultura Urbana já se encontra inserida neste programa, embora ainda timidamente, ocorrendo através da realização de oficinas de plantio em espaços alternativos e da mobilização e educação para o consumo alimentar. Contudo, nas áreas do BH CIDADANIA, há potencial para potencializar as ações de AU através dos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, que podem realizar a seleção das famílias para participarem das atividades de AU e em conjunto com as administrações regionais, que podem identificar as áreas públicas ociosas ou subutilizadas para a consecução destas atividades.

Já a OP extrapola as articulações da SMAAB, mas também se apresenta com um possível financiador, devido as características apresentadas a seguir:

- **PROGRAMA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:**

O OP - Orçamento Participativo teve início em 1993, e envolve a população de Belo Horizonte na tomada de decisões e na seleção dos investimentos públicos que devem ser realizados pelo Poder Público em suas regiões de moradia. Com destaque e reconhecimento nacional e internacional, essa forma de governar envolve os cidadãos na definição das obras e investimentos a serem realizados. Através do OP, as comunidades se reúnem para discutir e decidir quais investimentos que devem ser realizados e priorizados, sendo um processo de construção participativa, que envolve moradores, técnicos e lideranças comunitárias na busca das melhorias e diminuição das desigualdades sociais.

Em 2010, foram realizadas 1.030 obras que envolvem a construção de escolas, centros de saúde, centros culturais, áreas de lazer, moradias e, obras de infra-estrutura que levaram o desenvolvimento urbano e social a todas as regiões da cidade, principalmente aos bairros periféricos, vilas e favelas, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais. Sendo que estas obras são realizadas através de recursos arrecadados pela Prefeitura através de impostos, tributos e outros repasses estaduais e federais que são utilizados no desenvolvimento das Políticas Públicas (saúde, educação, transporte, obras, entre outras).

Cabe ressaltar, que o modelo do OP de Belo Horizonte se transformou em um exemplo para as cidades Brasileiras e é uma experiência reconhecida internacionalmente, tema de estudos e reflexões de várias universidades e entidades mundiais. Além de que no decorrer de sua trajetória vem adotando métodos cada vez mais participativos, como por exemplo, o uso da internet para que a população possa votar e priorizar as obras escolhidas.

**Potencial do Programa:** financiamento de obras de infra-estrutura para a AU (em hortas em espaços municipais), desde que existam atores envolvidos nos processos de decisões e seleções dos projetos. Isto pode vir a ocorrer, desde que a OP sirva de instrumento de fomento para a agricultura urbana, na medida em que a população venha inserir a demanda como sendo prioritária, para a utilização de espaços físicos públicos e privados direcionados para esta atividade.

ii) Financiadores dos agricultores urbanos e seus grupos através da aquisição dos produtos da AU:

- **PROGRAMA SOCIAL (INCLUSÃO PRODUTIVA):**

**Abastecer:** comercialização de hortifrutigranjeiros por permissionários que passam por licitação pública. Os preços praticados são acessíveis à população de baixa renda e são instrumentos de regulação de mercado. São comercializados<sup>49</sup> hortifrutigranjeiros, biscoitos, laticínios e folhosas em 20 pontos fixos de atendimento, localizados em locais de fácil acesso. Cerca de 450 mil pessoas são atendidas por mês e comercializadas em torno de 30 mil toneladas. Ao todo são 39 permissionários, que beneficiam 4.680.977 pessoas e produzem 42.000 toneladas.

<sup>49</sup> São comercializados uma cesta composta por 20 a 25 produtos com preços fixados em R\$0,59/kg.

Comboio do Trabalhador: comercialização<sup>50</sup> de hortifrutigranjeiros através de equipamentos móveis. Os preços praticados, acessíveis à população de baixa renda e são instrumentos de regulação de mercado. O comboio atua nos bairros mais carentes, que recebem as barracas de vendas de alimentos nos finais de semana, em parceria com a iniciativa privada. São 10 pontos de atendimento e mais de 1.601.690 pessoas beneficiadas e com a comercialização de 7.405,70 toneladas.

**Potencial do Programa:** possíveis compradores da produção dos agricultores urbanos, pois ambos os programas são executados por permissionários licitados pela SMAAB. Atualmente, os produtos são adquiridos na CEASA<sup>51</sup>, mas os grupos de AU podem ofertar seus produtos para estes permissionários, mas para isto, precisam ter preços competitivos, periodicidade na entrega e ainda, realizarem o transporte da produção.

Enriquecimento da Merenda Escolar<sup>52</sup>: cardápio planejado por nutricionistas, suplementação láctea para alunos de escolas mais carentes e alimentos para creches asilos e entidades, além da merenda diária para em média 156 mil alunos da rede municipal. Investimento de R\$ 1,3 milhão mensal em recursos da Prefeitura<sup>53</sup> (possíveis compradores da produção dos agricultores urbanos através da SMAAB e/ou outros setores públicos, já que existe uma lei que favorece a aquisição de produtos advindos da agricultura familiar).

**Potencial do Programa:** possíveis compradores da produção dos agricultores urbanos (através da SMAAB e/ou outros setores públicos), já que existe uma lei que favorece a aquisição de produtos advindos da agricultura familiar, além de que as próprias escolas municipais têm autonomia para a aquisição de produtos de hortigranjeiros.

Feiras Livres e Mercados Municipais: onde são comercializados gêneros alimentícios, com 59 pontos de alimentos (feiras livres com 85 permissionários) e 3 feiras modelos noturnas, que oferecem várias alternativas de lazer (com 49 permissionários). Já os 3 mercados municipais (com uma feira coberta) comercializam gêneros alimentícios, artesanato, entre outros produtos e serviços, promovidos por 68 permissionários selecionados através de licitação pública.

**Potencial do Programa:** possíveis oportunidades para que os grupos de AU possam buscar a permissão de atuarem nestes espaços.

Restaurante Popular: os Restaurantes Populares fazem parte do conjunto de ações desenvolvidas e voltadas para garantir o direito humano à alimentação, combatendo a insegurança alimentar que atinge parcela considerável da população. O Restaurante Popular da PBH é modelo no país, tendo inspirado os restaurantes populares do Rio, São Paulo e cidades satélites de Brasília. O objetivo dos Restaurantes Populares é ampliar a oferta de refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, comercializadas a preços acessíveis, atendendo pessoas que fazem suas refeições fora do domicílio. O cidadão belo-horizontino usufrui de um cardápio elaborado com cinco tipos de carnes e/ou peixes, saladas variadas, sucos e sobremesas diversas, onde a PBH optou por subsidiar parte do custo, ofertando a refeição por R\$ 1,00. Cada unidade do Restaurante Popular<sup>54</sup> atende com uma equipe de 65 profissionais entre nutricionistas, técnicos de nutrição, cozinheiros, copeiros, faxineiros e auxiliares administrativos que fornecem, além do almoço, uma sopa que custa R\$ 0,50, no jantar, incluindo um suco e um pão feito no próprio restaurante. E no Restaurante II também é fornecido um café da manhã, que contém um pão, 6 biscoitos variados, um copo de café ou achocolatado, por R\$0,25 (possíveis

<sup>50</sup> São comercializados uma cesta composta por 20 a 25 produtos com preços fixados em R\$0,59/kg.

<sup>51</sup> Central de Abastecimento de Minas Gerais.

<sup>52</sup> A publicação da Lei Federal 11.947, que trata da aquisição de produtos para a alimentação escolar, onde pelo menos 30% dos produtos adquiridos para alimentar os estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem vir da agricultura familiar. A compra também fica dispensada de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os do mercado local e os produtos atendam normas de qualidade.

<sup>53</sup> No Pró-Jovem são 16 pontos de atendimento, com 200 beneficiários/dia, 3.200 refeições/dia, 220 dias de atendimento e 704.000 refeições/ano. Na rede das Escolas Municipais são 181 pontos de atendimento, com 128.353 Aluno fundamental beneficiários/dia, 27.679 Aluno integrado beneficiários/dia, 200 dias de atendimento/ano e 38.351.417 refeições /ano. Na UMEI - Unidades Municipais de Educação Infantil são 50 pontos de atendimento, com 10.698 beneficiários/dia, 200 dias de atendimento/ano, 2 ou 3 refeições/dia e 5.491.089 refeições/ano.

<sup>54</sup> Restaurante Popular I (Av. do Contorno, 11.484 - Centro - Horário de Funcionamento: 10:30 às 14 horas); Restaurante Popular II (Rua Ceará, 490 - Santa Efigênia - Horário de Funcionamento: 6:30 às 20 horas); Refeitório Popular da Câmara Municipal (Av. dos Andradas, 3.100 - Horário de funcionamento: 11 às 14 horas); Refeitório Popular do Taquaril (Rua Alair Pereira da Silva, 205 - Taquaril - Horário de funcionamento: 11 às 14 horas).

compradores da produção dos agricultores urbanos através da SMAAB e/ou outros setores públicos), sendo comercializadas por ano cerca de 3.692.477 de refeições.

**Potencial do Programa:** possíveis compradores da produção dos agricultores urbanos (através da SMAAB e/ou outros setores públicos). Desta forma, as atividades de AU podem servir como instrumento de geração de renda através da comercialização dos seus produtos para os restaurantes populares. Contudo, os grupos de AU devem participar de um processo licitatório e, portanto, devem possuir registro na Junta Comercial, emitir nota fiscal, etc. Além de ter produção em quantidade e constância para atendimento da demanda.

iii) Outros financiadores potenciais:

- **PROGRAMA SOCIAL (INCLUSÃO PRODUTIVA):**

Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE): através da FPM - Fundação de Parques Municipais desenvolvem ações nas áreas de Educação Ambiental, Segurança Alimentar, Saúde, Agroecologia e Geração Alternativa de Renda para apoiar o desenvolvimento sustentável de comunidades urbanas de baixa renda. São quatro Cevaes na cidade com oficinas de reeducação alimentar, alimentação alternativa, reciclagem de lixo, dentre outras, além da assistência técnica às hortas comunitárias e incentivam as feiras de produção local.

**Potencial do Programa:** possíveis atores incentivadores da AU (através da ampliação das hortas comunitárias existentes através do uso de suas áreas para que a comunidade local tenha como produzir em maior quantidade e também através da expansão da proposta para os outros Cevaes).

Economia Popular e Solidária (EPS): empreendimentos coletivos e participativos são estimulados para manter e ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda. Entidades e grupos de produção popular são cadastrados, encaminhados para cursos, oficinas e treinamentos, e oportunidades de produção e comercialização são captadas junto à rede de serviços, equipamentos e espaços públicos do município.

**Potencial do Programa:** possíveis atores incentivadores da AU (através do fomento da atividade de AU através de cursos, capacitações, etc.), visto que o programa tem potencial para ampliar as ações de AU em BH, uma vez que aliam as atividades de formação com as de comercialização solidária. Atualmente, os programas de EPS deverão migrar para a nova secretaria adjunta de trabalho.

Cabe ressaltar, que outros programas podem vir a serem possíveis fontes de compradores da produção dos agricultores urbanos de BH, e não financiadores diretos, mas que possuem relevância neste estudo, conforme apresentado no quadro 4.

QUADRO 4 - PROGRAMAS DA PBH QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A AU ATRAVÉS DA COMPRA DIRETA DA PRODUÇÃO.

PROGRAMA	CARACTERÍSTICA
PROGRAMA SOCIAL (ALIMENTAÇÃO)	<p><u>Armazém da Roça:</u> o programa traz produtos caseiros, artesanais e de agricultura familiar do interior de Minas, para a comercialização em Belo Horizonte. São comercializados artesanatos e alimentos processados (doces, compotas, cachaça, tempero, etc.) provenientes da agricultura familiar em equipamentos públicos e espaços cedidos pela iniciativa privada. A Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento, em parceria com as associações de produtores de Minas Gerais, realiza a venda dos produtos de agricultura familiar, <i>in natura</i>, sem o uso de produtos químicos, a preços acessíveis<sup>55</sup>, nos espaços geridos pela Secretaria e em diversos eventos municipais (possíveis compradores da produção dos agricultores urbanos através da SMAAB e/ou outros setores públicos, desde que o programa seja adaptado para a realidade da AU). O programa possui 2 pontos de atendimento e envolvem 735 produtores rurais de 37 municípios, com 6,40 toneladas comercializadas e 1.895 famílias consumidoras.</p> <p><u>Cursos Técnicos:</u> cursos profissionalizantes no Mercado Popular da Lagoinha capacitaram mais de 15.000 pessoas em cinco anos, oferecendo uma nova perspectiva de trabalho e renda. Com uma grade de mais de 100 cursos, são produzidos também pães para os restaurantes populares e para a horta comunitária do Barreiro. No Pão-Escola, alunos das escolas da rede municipal das áreas mais carentes têm formação e qualificação com os cursos de panificação, pizzaiollo, garçom e confeitaria para cerca de 120 alunos por mês (possível ator incentivador da AU, desde existam cursos voltados para a atividade).</p>
PROGRAMA	<u>BH Sem Analfabetos:</u> alternativas para quem quer continuar os estudos beneficiam milhares de

<sup>55</sup> Pontos fixos do Armazém da Roça: Rua São Gotardo, 273 - Santa Tereza e Rua Goiás, 60 - Regional Centro-Sul.

PROGRAMA	CARACTERÍSTICA
SOCIAL (EDUCAÇÃO)	pessoas na rede municipal. Na Educação de Jovens e Adultos, 10.700 alunos com idade superior a 14 anos são atendidos em 43 escolas. Em parceria com o Governo federal, o Brasil Alfabetizado atinge mais de 700 pessoas e outros 18.176 alunos estudam no projeto de Ensino Fundamental Noturno (possíveis atores incentivadores da AU através da melhoria de escolaridade dos agricultores urbanos).
PROGRAMA SOCIAL (INCLUSÃO PRODUTIVA)	<p><u>Correção Ambiental e Reciclagem com Carroceiros</u>: os carroceiros são orientados a destinar os resíduos da construção civil para as 24 URPV - Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes. É disponibilizada a assistência veterinária para o animal, carteira de condutor de veículo de tração animal, certificado de registro e licenciamento de veículo de tração animal, dentre outros benefícios (possíveis atores incentivadores da AU através do recolhimento de resíduos orgânicos para as hortas, que podem ser recolhidos em sacolões, podas de praças, etc.).</p> <p><u>Espaço da Cidadania</u>: em uma promoção da economia solidária, são estimulados e organizados grupos da sociedade civil para produzir e comercializar produtos artesanais. A exposição ocorre em locais públicos e tem periodicidade quinzenal. Em um ano, cerca de 80 grupos expositores participaram do Espaço da Cidadania (possíveis atores incentivadores da AU através da organização e fortalecimentos dos grupos de AU).</p> <p><u>Estágios</u>: a oferta de estágio na Prefeitura de Belo Horizonte é uma das maiores do município. 3,3 mil estagiários, de nível médio e superior estão contratados e no banco de dados são mais de 17 mil inscritos para utilização no suprimento de demandas da Prefeitura. Os estagiários recebem uma bolsa de complementação educacional. Também a AMAS<sup>56</sup> oferece estágios a 450 estudantes, em parceria com o INSS<sup>57</sup> (possíveis atores incentivadores da AU através de estagiários presentes nas hortas comunitárias, contribuindo para assistir e acompanhar as atividades desenvolvidas).</p> <p><u>Jovem Jardineiro</u>: capacitação básica em jardinagem para adolescentes carentes possibilitando formas alternativas de geração de renda, com 242 adolescentes atendidos em duas turmas anuais (possíveis atores incentivadores da AU através da criação de empregos para jovens da própria comunidade onde estão localizadas as hortas comunitárias).</p> <p><u>Geração de Trabalho / Profissão Futuro</u>: jovens com mais de 16 anos, em situação de risco social, trabalham na própria Prefeitura ou em ONGs parceiras, como recepcionistas, educadores para o trânsito e trabalhos de escritório, dentre outros. Têm carteira assinada, todos os direitos garantidos, freqüentam a escola e contam com acompanhamento social. Em 12 anos de criação são mais de 5.614 adolescentes beneficiados com média mensal de 485 adolescentes atendidos (possíveis atores incentivadores da AU através da criação de empregos para jovens da própria comunidade onde estão localizadas as hortas comunitárias).</p> <p><u>Projeto Tzedaká</u>: Centro de Educação Ambiental, Reciclagem de Papel e Eco Design Gráfico que produz papel artesanal com padrões profissionais e dentro das normas ambientais. A palavra Tzedaká, justiça social em hebraico, inspira o projeto na busca de capacitar, gerar trabalho e renda, resgatando a dignidade e a auto-estima de jovens carentes de 16 a 21 anos (possíveis atores incentivadores da AU através do apoio às demandas enquanto personalidade jurídica, no caso de formalização de contratos e emissão de notas fiscais).</p> <p><u>Grupos de Produção</u>: o cooperativismo e o empreendedorismo são estimulados nos seis grupos de produção que reúnem 80 trabalhadores encaminhados por programas sociais, de apoio à população de rua e dos cursos de qualificação profissional. Estão em funcionamento o Madeirarte (marcenaria), o Gutemberg (encadernação), Arte Papel (papel reciclado), Pitangaporã (papel marchê) e Uniforça (silkscreen). No projeto "Caminhos do Sabor" um grupo de mulheres produz cerca de 3.500 salgados por semana na cozinha incubadora do Qualificarte Gameleira (possíveis atores incentivadores da AU através do fomento da atividade de AU através de cursos, capacitações, etc.).</p> <p><u>Qualificarte</u>: três centros de qualificação profissional oferecem cursos de formação para 4.291 jovens e adultos. Em 2005, 105 adolescentes, dos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, participaram de cursos profissionalizantes nas áreas de mecânica de autos, panificação e jardinagem (possíveis atores incentivadores da AU através do fomento da atividade de AU através de cursos, capacitações, etc.).</p> <p><u>Selo Municipal de Reconhecimento Social</u>: o Selo é conferido às empresas que participam do desenvolvimento municipal gerando emprego para os beneficiários dos programas sociais, certificando que a empresa que o detém é compromissada com a inclusão social dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e goza de idoneidade empresarial. Pode candidatar a concessão do Selo de Reconhecimento Social, qualquer empresa com sede ou filial no Município de Belo Horizonte que, no período de 12 meses consecutivos e ininterruptos, tenha em seu quadro de empregados pessoas oriundas do banco de dados das Unidades de Intermediação do Trabalho do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda Municipal, que comprovem estar em condição de regularidade jurídica, econômica e fiscal, mediante a apresentação de documentação específica (conforme decretos municipais nº 12.237/05 e 13.666/09) (possíveis atores incentivadores da AU através de parcerias com o setor privado</p>

<sup>56</sup> Associação Municipal de Assistência Social.

<sup>57</sup> Instituto Nacional de Seguridade Social.



PROGRAMA	CARACTERÍSTICA
	<p>visando apoiar as atividades dos agricultores urbanos).</p> <p><u>Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</u>: tem como objetivo principal ampliar as oportunidades de inserção social e produtiva do cidadão, intermediando ações de trabalho, geração de renda e qualificação. O SINE<sup>58</sup> Centro – NIAT<sup>59</sup> - é destinado a atender ao público dos programas de proteção social e transferência de renda, moradores de Belo Horizonte. O SINE Barreiro e o SINE Venda Nova atendem à população em geral. Possui uma central de captação de vagas e oferece nas três unidades os seguintes serviços: cadastro do trabalhador, estímulo à complementação escolar, qualificação, treinamentos psico-profissionais, encaminhamento para emprego (para pessoas acima de 16 anos) e requerimento de seguro-desemprego (possíveis atores incentivadores da AU através da melhoria de escolaridade dos agricultores urbanos).</p>
<p>FONTE: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.</p>	

Conforme mencionado anteriormente, muitos dos potenciais percebidos ainda são suposições, mas que podem vir a ser articulados junto a PBH para a criação de mecanismos concretos e viáveis para a AU. Desta forma, vários programas e projetos da PBH são e podem ser muito interessantes para os agricultores de AU do município, que neles poderão encontrar o apoio inicial para impulso da atividade e no futuro, como uma forma de desmembramento, meio de incremento de geração de trabalho e renda, seja através do associativismo e/ou do cooperativismo. **Cabe destacar aqueles, que em primeira instância poderiam ser impulsionadores do tema na localidade e ao mesmo tempo, incremento das ações que já vem sendo desenvolvidas.**

No caso do OP, seria necessário haver maior fortalecimento das lideranças dos grupos de AU envolvidos, para que estes pudessem começar a participar das assembléias que ocorrem nas regionais de Belo Horizonte, onde inicia os debates sobre as demandas existentes e que em outras etapas do processo, serão priorizadas. Dando assim, reforçando o debate sobre a importância da AU, como tema estratégico político e econômico municipal.

**No caso dos programas municipais específicos de alimentação**, a produção dos agricultores de AU poderia ser destinada para o atendimento destas demandas, mas em alguns casos, seria necessário o apoio e intervenções políticas para viabilizar os meios de fornecimento, como por exemplo, na participação do PAA<sup>60</sup>. Neste caso, o agricultor precisa possuir uma DAP (declaração de aptidão junto ao PRONAF), que o caracteriza como Agricultor Familiar, além de que precisam produzir em constância e volume, já que teriam que produzir maiores quantidades<sup>61</sup>. A EMATER nesse caso é o ator que viabiliza o acesso à declaração, já que é o responsável por indicar o produtor para a SMAAB, pois conhece a experiência, os sistemas de produção e o enquadra, como sendo hábil ou não para se tornar um fornecedor da secretaria. Já a SMAAB, ao receber a indicação, entra em contato o produtor e solicita os documentos necessários para o cadastro. Possuindo o DAP<sup>62</sup>, os agricultores de AU poderiam participar do PAA, que é coordenado pela SMAAB em Belo Horizonte e recebe verbas do governo federal para aquisição dos produtos dos agricultores cadastrados, cuja produção é destinada aos restaurantes populares e que podem ser expandidas para a merenda escolar.

Contudo, há alguns entraves na obtenção do DAP pelos agricultores de AU, no que se refere às exigências para que participem do processo, que envolvem desde a necessidade de que emitam notas fiscais para comprovar a venda realizada<sup>63</sup> e de outros empecilhos, já que a DAP é vinculada ao PRONAF (linha de crédito específica para Agricultura Familiar) e exige que o agricultor obedeça a uma série de critérios que compõem a DAP, tais como: morar na propriedade ou próximo dela; ter no mínimo 80% da renda bruta familiar vinda da exploração agrícola; propriedade localizada na área rural; ser proprietário, meeiro ou arrendatário de no máximo 4 módulos fiscais (unidade fiscal de terra que é diferente para cada região do

<sup>58</sup> Sistema Nacional de Empregos.

<sup>59</sup> Núcleo Integrado de Apoio ao Trabalhador.

<sup>60</sup> O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, é um programa gerido pelo MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é dividido em 5 modalidades. A SMAAB executa a uma delas que é a Compra Direta Local da Agricultura Familiar, cujo recurso vem do MDS. Assim os critérios de participação dos agricultores familiares, são definidos por um grupo gestor do PAA (Brasília) e obedecidos pela SMAAB. Um dos critérios exigidos, é que o agricultor tenha a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (que é uma linha de crédito específica para a Agricultura Familiar).

<sup>61</sup> Os agricultores que possuem o DAP não são necessariamente formados por Associações e/ou Cooperativas (neste caso, aglutinam uma organização de agricultores, pois precisa produzir em maior quantidade e constância), mas existe o DAP Individual (onde no caso do agricultor individual é mais difícil para alcançar os parâmetros exigidos).

<sup>62</sup> Somente a EMATER e os Sindicatos Rurais podem emitir a DAP, mas isso não os permite de mudar os critérios de enquadramento no PAA, que só é possível ser realizado somente pelo grupo gestor do PAA, o que significa uma mudança para todo o país.

<sup>63</sup> Os pagamentos dos pedidos fornecidos pelos agricultores cadastrados são realizados através de conta bancária, cheque nominal ou ordem de pagamento.

país), entre outras. São estes critérios de enquadramento que estão na DAP é que caracteriza o agricultor como familiar ou não e, que ao mesmo tempo excluem o agricultor urbano, o que conseqüentemente o exclui do PAA. Por isso, seria necessário buscar apoio público e político, para a criação de outros instrumentos que abranjam essa realidade. Contudo, segundo fontes pesquisadas há um grupo de trabalho no MDS discutindo a questão da DAP e AU, bem como seu enquadramento nos programas destinados a Agricultura Familiar, mas que ainda não é oficial.

Já quanto às possibilidades de comercialização da AU, junto a SMAAB, seria possível participando dos programas Direto da Roça, Feira Orgânica e uma possível venda para os ABC's<sup>64</sup>, mas cuja discussão teria que ser aprofundada junto a SMAAB e EMATER para a sua viabilização. Além de outros programas que não exigem a DAP, mas que ocorrem através do processo de licitação, o que também ainda é restrito e difícil até para o agricultor familiar, que precisa ter preço competitivo, volume, diversidade de produtos e constância na produção para atender a demanda do ano lícitado<sup>65</sup>.

### **c- Fontes de Cooperação:**

Além de buscar aprofundar os conhecimentos sobre as linhas de créditos e financiamentos dos principais bancos e da PBH, que podem vir a serem interessantes para o atendimento das demandas dos grupos de Agricultura Urbana, achamos também pertinente a realização de algumas pesquisas sobre fontes de cooperação para financiamento de projetos, incluindo Fundações e Empresas que exercem seu papel enquanto empresas com responsabilidade social.

Uma vez que entendemos que no atual estágio do andamento das atividades dos grupos de Agricultores Urbanos envolvidos, talvez estas fontes de financiamento e/ou recursos possam contribuir para a redução dos empecilhos, entraves e dificuldades, ainda vivenciados pelos agricultores. Sendo assim, um meio para contribuir para apoiar a gestão organizacional e estrutural dos grupos, antes que partam para outras modalidades de financiamentos.

A seguir algumas fontes de recursos alternativos, que podem vir a ser interessantes para os grupos de AU envolvidos, desde que sejam elaborados projetos específicos, que abordem suas necessidades e que se enquadrem nos processos licitados por cada entidade, segundo suas respectivas exigências. Sendo que estas possibilidades têm como antecedente certa trajetória dos grupos de agricultores no financiamento de projetos por parte de ONG e do governo.

#### **• FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL:**

A Fundação Banco do Brasil iniciou suas atividades em 1988, com o papel de ampliar a função social do Banco Brasil, atuando como uma entidade voltada para o financiamento de projetos que buscassem soluções para os problemas sociais, tanto programas próprios quanto externos, que tivessem propósitos semelhantes.

Linhas de Atuação: PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. Há também experiências em desenvolvimento local, mas cuja dimensão dos projetos envolve maior enlace e formação de parceria com a Fundação, como no exemplo de Uruçuia<sup>66</sup> e na Costa do Sauípe<sup>67</sup>.

Quem pode participar: para àqueles que querem produzir mais e melhor, sem causar danos ao meio ambiente, produzindo alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos. Sendo que a tecnologia social PAIS pode ser utilizada por: agricultores de baixa renda, assentados em projetos de reforma agrária, produtores de áreas remanescentes de quilombos e participantes de programas sociais do governo federal.

---

<sup>64</sup> O Programa AbasteCer recupera a proposta do extinto programa ABC (Abastecimento a Baixo Custo) dos anos 80 e abrange atualmente uma rede de 20 pontos fixos, atendendo às nove regiões de comercialização existentes na cidade. Os pontos funcionam como mini-mercados de hortifrutigranjeiros, carnes e pescados, podendo contar ainda com equipamentos tipo mercearia, barraca fixa de biscoitos e café. Os equipamentos são padronizados e construídos pelos próprios permissionários, selecionados a partir de licitação pública.

<sup>65</sup> Nos processos licitatórios quem tem realmente condições de participar são os empresários e atravessador/distribuidores.

<sup>66</sup> Uruçuia é uma cidade que se destaca no Norte de Minas Gerais pelo forte crescimento, devido grandes investimentos em infraestrutura. Cidade nova, com pouco mais de uma década e meia de emancipação vê sua redenção apoiada no crescente turismo da região, no qual dos motivos pode destacar a pesca esportiva, *camping* e atividades envolvidas com a natureza, inclusive a de esportes radicais como *motocross*, trilhas e *mountain bike*.

<sup>67</sup> Criado para ser um grande centro de hospedagem e lazer, a Costa do Sauípe reúne hotéis, pousadas, *flats*, restaurantes e lojas. Para esse empreendimento hoteleiro são atraídos turistas do mundo todo, à procura do conforto, do lazer e, principalmente, das praias privilegiadas do litoral nordestino. Por si, o projeto já incentiva várias outras atividades econômicas e como não poderia deixar de ser, esse projeto já cumpre bem uma função social, ao empregar em seus quadros mão-de-obra local. Mas ainda assim, a carência e a pobreza das vilas vizinhas não deixam de representar um desafio ao exercício da responsabilidade social.

Como participar: parcerias entre a Fundação, Instituições Públicas e Privadas, Associações e Comunidades Locais.

Investimento: capacitações, consultores e material didático disponibilizado para os envolvidos.

Site: <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/pubTema.jsp?codTemaLog=191>

- **FUNDAÇÃO INTERAMERICA IAF:**

A Fundação Interamericana é uma entidade independente de ajuda externa do Governo dos Estados Unidos, atuando na América Latina e no Caribe, para promover o desenvolvimento de auto-ajuda, eqüitativo, baseado na participação e na iniciativa comunitárias.

Linhas de Atuação: a IAF financia os esforços de auto-ajuda de grupos de base (da América Latina e do Caribe) para melhorar as condições de vida dos desfavorecidos e excluídos, melhorar sua capacidade decisória e de auto-gestão e desenvolver parcerias com o setor público, empresas e sociedade civil.

Quem pode participar: parcerias com o setor público, empresas e sociedade civil.

Como participar: os projetos são selecionados por seu mérito e não por setor, sendo que as propostas podem ser apresentadas durante todo o ano e em conformidade com as diretrizes publicadas no site e serão revistas à medida que forem recebidas.

Investimento: o valor de uma doação da IAF depende das necessidades da organização proponente e do montante de recursos de contrapartida mobilizados. Atualmente, a IAF não financia pedidos inferiores a US\$25.000 nem superiores a US\$400.000. Sendo que geralmente as doações são desembolsadas no decorrer de um a três anos, mas este período pode ser prorrogado, se necessário.

Site: [http://www.iaf.gov/grants/apply\\_grant\\_text\\_po.asp](http://www.iaf.gov/grants/apply_grant_text_po.asp)

- **INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE:**

O Instituto HSBC Solidariedade foi criado em 2006, pelo banco HSBC, tendo como objetivo a gestão do investimento social do Grupo HSBC em três focos de atuação: Educação, Meio Ambiente e Comunidade.

Linhas de Atuação: são duas linhas de atuação, sendo a 1ª voltada para Negócios Inclusivos<sup>68</sup> e a 2ª voltada para Autogestão<sup>69</sup>, sendo que os projetos apresentados devem contribuir para redução da vulnerabilidade social, para o desenvolvimento econômico de comunidades e geração de renda dos beneficiários do projeto.

Quem pode participar: projetos sob responsabilidade de organismos não governamentais e comunitários, legalmente constituídos no país, sem fins lucrativos, e que atuem no Terceiro Setor Brasileiro, sendo também aceitos projetos de associações e/ou fundações.

Como participar: os projetos devem ser inscritos em conformidade com o formulário padrão disponível no site da Fundação e/ou também encaminhados em cópia impressa e digital para o endereço indicado, sendo permitida a inscrição de apenas um único projeto.

Investimento: são selecionados 10 projetos, que recebem até R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada um e mais a consultoria técnica para a incubação do empreendimento social da Fundação Getulio Vargas.

Site: <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/sustentabilidade/comunidade>

- **PETROBRAS:**

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem o governo como acionista majoritário. Sua atuação abrange os ramos de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de óleo, gás natural, petroquímica, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia. E como parte de seu papel de empresa socialmente responsável financia diversos projetos voltados a promover e conjugar o crescimento econômico com a justiça social.

---

<sup>68</sup> São empreendimentos autogestionários constituídos por pessoas em vulnerabilidade social que buscam inserção econômica, emancipação social e preservação ambiental (trabalhos verdes).

<sup>69</sup> Modo de gestão em que todos os trabalhadores decidem coletivamente e são remunerados de acordo com sua dedicação de trabalho.

**Linhas de Atuação:** podem candidatar-se projetos em andamento ou em fase de planejamento que tenham como foco ao menos uma das seguintes linhas de atuação: Geração de renda e oportunidade de trabalho; Educação para a qualificação profissional; e Garantia dos direitos da criança e do adolescente. Os projetos inscritos devem contemplar ações diretas que se relacionem às atividades de implantação, implementação, expansão, aperfeiçoamento ou replicação do projeto.

**Quem pode participar:** são aceitos projetos sob responsabilidade de organismos governamentais, não governamentais e comunitários, constituídos sob as leis brasileiras, sem finalidades lucrativas, e com atuação no Terceiro Setor, tais como associações, fundações, organizações não governamentais, OSCIPs<sup>70</sup>, entre outras.

**Como participar:** as seleções públicas ocorrem por meio de editais, sendo abertas as inscrições para os projetos em todo o país, através do site. Os projetos são analisados e escolhidos por comissões formadas por representantes da sociedade civil e do governo, além de profissionais da própria Petrobras.

**Investimento:** podem ser inscritos projetos que solicitem valor de patrocínio de até R\$ 1.450.000,00 por biênio (24 meses), com possibilidade de renovação por igual período.

**Site:** <http://www.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimentoecidadania/home/>

#### **4. LINHAS COM MAIOR POTENCIAL PARA OS GRUPOS DE AU:**

Após o estudo sobre as linhas de financiamento existentes, apresentadas no tópico anterior, buscou-se aprofundar as informações relativas sobre a existência e/ou possibilidades de linhas específicas para a Agricultura Urbana, realizadas através de entrevistas qualitativas. Nesse sentido, foram entrevistados 4 bancos e a PBH, cujos relatos foram redigidos e apresentados nos subitens que se seguem, buscando assim conhecer as possibilidades reais de financiamento para os grupos de AU envolvidos neste estudo. Já as fontes de cooperação possuem regras específicas de acesso aos financiamentos, por isso não serão aprofundadas nesta seção.

##### **a- Linhas de Financiamentos do Banco do Brasil com Potencial para a AU:**

A entrevista ocorreu no dia 25 de março de 2010, na própria agência, onde não foi confirmada a existência de linhas de créditos específicas para a Agricultura Urbana. Contudo há projetos de investimentos destinadas as associações, cooperativas urbanas, micro e pequenas empresas. Tais financiamentos podem abranger até 90% do valor do projeto, que podem incluir capital de giro associado. O prazo é de até 96 meses, incluindo período de carência de até 12 meses.

Já os encargos financeiros são reduzidos e utilizam TJLP<sup>71</sup> mais 2,44% ao ano. Os tetos máximos de investimentos são de R\$ 200 mil para associações e cooperativas e de R\$ 100 mil para associado, cooperado, micro e pequena empresas. Sendo que não há ocorrência de IOF<sup>72</sup> e os recursos são provenientes do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que pedem a garantia complementar de fundos de avais de até 80% do valor financiado.

QUADRO 05 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DO CADASTRO

DA EMPRESA	DOS SÓCIOS
- Contrato social e suas alterações, devidamente registradas na Junta Comercial;	- Carteira de identidade e CPF <sup>73</sup> do sócio e cônjuge;
- Faturamento realizado nos últimos doze meses;	- Certidão de nascimento / casamento;
- Fichas cadastrais devidamente preenchidas e	- Comprovante de renda (pode ser a declaração de IRPF <sup>74</sup> ou DECORE <sup>75</sup> );

<sup>70</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

<sup>71</sup> Taxa de Juros de Longo Prazo.

<sup>72</sup> Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros.

<sup>73</sup> Cadastro Pessoas Físicas.

<sup>74</sup> Imposto de Renda Pessoa Física.

<sup>75</sup> Declaração de Comprovação de Rendimentos.



assinadas pelo(s) diregentes(s).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprovante de endereço (conta de água, luz ou telefone - emitida no máximo há 90 dias);</li> <li>- Fichas cadastrais devidamente preenchidas e assinadas pelo sócio, que são disponibilizadas no site oficial do Banco do Brasil – <a href="http://www.bb.com.br">www.bb.com.br</a> – percorrendo o seguinte caminho: 1) Empresa 2) Parcerias e oportunidades 3) Documentos úteis 4) Abertura de cota. (Suporte técnico – 3003-0500).</li> </ul>
----------------------------------	--

Fonte: Banco do Brasil.

Para ter acesso aos recursos oficiais que o governo disponibiliza através do Banco do Brasil S.A., é fundamental que se tenham informações corretas, coerentes e precisas registradas no cadastro. Pois o cliente possuindo um cadastro de boa qualidade, reduz os riscos para o banco e conseqüentemente, pode minimizar as taxas e tarifas praticadas, além de ampliar a margem do crédito disponível.

#### QUADRO 06 - INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL ENTREVISTADA

INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO
Instituição: Banco do Brasil S A / Agência: Praça Sete – Ag 3608 - Endereço: Av. Amazonas, 303 – 8º andar – Praça Sete – BH/MG - Telefone: (31) 3218-2300 - Site: <a href="http://www.bb.com.br">www.bb.com.br</a>	Contato: Sr. Helbert Cargo: Gerente de Linhas de Financiamento Email: <a href="mailto:age3608@bb.com.br">age3608@bb.com.br</a>

Fonte: Simião Gomes Leão.

Contudo, não há nenhum produto específico para a agricultura urbana e não realizam estratégias que abrange esta demanda, mas mantém parceria direta com o SEBRAE<sup>76</sup> para efetivação de contratos e acesso aos créditos. Cabe ressaltar, que o entrevistado forneceu modelos de planilhas, material impresso (cadastros de pessoa física, cadastro de pessoa jurídica, autorização para consulta ao SCR, coleta de dados da pessoa física ou da pessoa jurídica).

#### **b- Linhas de Financiamentos do Banco do Nordeste com Potencial para a AU:**

A entrevista ocorreu no dia 01 de abril de 2010, na própria agência, onde foi confirmada a existência de linhas de créditos específicas focadas no perfil de agricultor similar ao perfil de alguns de nossos agricultores urbanos. A Agência do Banco do Nordeste já atua com produtos de financiamento agrícola desde 2003, sendo que os contratos firmados na região metropolitana de Belo Horizonte têm uma participação constante de aproximadamente 40% de agricultores, dentre os clientes que acessam as linhas de créditos.

#### QUADRO 07 - PLANOS DE FINANCIAMENTO DO CREDI-AMIGO INSUMOS

VALOR LÍQUIDO	PRAZO	PRESTAÇÕES
R\$ 500,00	5 Meses	R\$ 107,39
R\$ 1.500,00	5 Meses	R\$ 338,27
R\$ 3.000,00	6 Meses	R\$ 572,17
R\$ 5.000,00	8 Meses	R\$ 736,52
<b>Documentos e Procedimentos Necessários:</b>	CPF, Carteira de Identidade e comprovante de residência.	

Fonte: Banco do Nordeste.

<sup>76</sup> Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Dentre os produtos financeiros oferecidos destacaram o CREDI-AMIGO INSUMOS<sup>77</sup>, destinado para a aquisição de insumos de uma maneira geral, que foi considerado como sendo um microcrédito de fácil e rápido acesso e que possui taxas de juros a partir de 1,32% ao mês, com juros mais baixos até R\$ 1.000,00. Outro produto destacado foi o CREDI-AMIGO REFORMAS<sup>78</sup>, destinado para reformas, ampliação e modernização da estrutura do empreendimento.

QUADRO 08 - PLANOS DE FINANCIAMENTO DO CREDI-AMIGO REFORMAS

VALOR LÍQUIDO	PRAZO	PRESTAÇÕES
R\$ 2.000,00	12 Meses	R\$ 200,32
R\$ 4.000,00	18 Meses	R\$ 289,61
R\$ 6.000,00	18 Meses	R\$ 434,41
R\$ 8.000,00	24 Meses	R\$ 469,84
<b>Documentos e Procedimentos Necessários:</b>	-	

Fonte: Banco do Nordeste.

Também foi citado o CREDI-AMIGO COMUNIDADE, com taxas de juros de 1,32% ao mês, com crédito mínimo de R\$ 100,00 e máximo de R\$ 1.000,00.

QUADRO 09 - PLANOS DE FINANCIAMENTO DO CREDI-AMIGO COMUNIDADE

VALOR LÍQUIDO	PRAZO	PRESTAÇÕES
R\$ 100,00	4 Meses	R\$ 26,67
R\$ 200,00	4 Meses	R\$ 53,33
R\$ 300,00	4 Meses	R\$ 79,99
R\$ 400,00	4 Meses	R\$ 106,66
<b>Documentos e Procedimentos Necessários:</b>	Ser maior de idade; Ter cópia do CPF, Carteira de Identidade; Morar na comunidade; Ter ou querer iniciar seu próprio negócio; Reunir um grupo de 15 a 30 pessoas.	

Fonte: Banco do Nordeste.

Segundo os entrevistados há um produto específico para a agricultura urbana, conhecido com Agro-amigo, que está disponível em algumas regiões. Já em Belo Horizonte o programa ainda não está em execução, pois é necessário criar uma demanda específica e organizá-la.

Uma das vantagens percebidas no Banco do Nordeste com relação aos outros bancos pesquisados, é que este atende as demandas da população mais carente, uma vez que tem um convênio direto com o Governo Federal, que consiste em políticas públicas, para atender a essa demanda em programas de financiamentos.

Outro fator importante é que os coordenadores e assessores possuem estratégias de assessoria direta junto aos grupos, contribuindo com capacitações e orientações *in loco*, voltadas para a gestão e administração financeira de créditos e finanças. Além de que o banco tem uma estratégia metodológica de criação de poupança para os empreendimentos, que conta com um formulário modelo para definir os critérios de participação e uso da poupança.

QUADRO 10 - INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA DO BANCO DO NORDESTE ENTREVISTADA

INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO
-----------------------------	----------------------------------

<sup>77</sup> Ver quadro 07.

<sup>78</sup> Ver quadro 08.

Instituição: Banco do Nordeste – CREDI-AMIGO / Agência: Regional de BH - Endereço: Rua dos Inconfidentes, 1.051 - 8º andar – Savassi – BH/MG - Telefone: (31) 3262-4251 / 8576-3035 / 8576-3032. Site: <a href="http://www.inec.org.br">www.inec.org.br</a> / <a href="http://www.bnb.gov.br">www.bnb.gov.br</a>	Contato: Sr. Eduardo Machado Ribeiro / Ramon Gonçalves de Melo / Filipe Lincon Cargo: Coordenador Geral de Programas de Crédito / Assessor de Crédito / Coordenador do Programa Banco Comunidade
--	--

Fonte: Simião Gomes Leão.

**c- Linhas de Financiamentos do Banco do Povo com Potencial para a AU:**

A entrevista ocorreu no dia 01 de abril de 2010, na própria agência, onde foi confirmada que houve na década de 90, linhas de créditos acessíveis para Agricultores Familiares no Vale do Jequitinhonha<sup>79</sup>. Neste período o Banco do Povo teve participação na capacitação dos agricultores, para a realização do plano de negocio e gerenciamento dos empreendimentos, além do financiamento para os agricultores.

Segundo os entrevistados os produtos financeiros oferecidos pelo banco são: 1) Capital de giro para a aquisição de mercadorias e matéria prima e 2) Capital fixo para a aquisição de ferramentas, equipamentos e máquinas novas e usadas, melhoria ou reforma das instalações, conserto de máquinas e equipamentos.

No caso do financiamento há créditos para pessoas físicas (informal), sendo o mínimo de R\$ 500,00 e o máximo de R\$ 3.000,00 e para pessoas jurídicas (formal), sendo o mínimo de R\$ 1.000,00 e o máximo de R\$ 5.000,00. O prazo de pagamento para o Capital de giro é de no mínimo de 4 meses e máximo de 6 meses. Já para o Capital fixo é de no mínimo de 4 meses e máximo de 12 meses. A taxa especial é de 4,9% ao mês + TAC<sup>80</sup> e os pagamentos são efetuados através de boleto bancário.

QUADRO 11 - FINANCIAMENTO PESSOA FÍSICA E MODALIDADES MENSAIS DE PAGAMENTO

VALOR DO FINANCIAMENTO	OPÇÃO DE PAGAMENTO (MENSAL)		
R\$ 500,00	4 X R\$ 147,71	6 X R\$ 103,10	8 X R\$ 80,90
R\$ 1.000,00	6 X R\$ 206,21	8 X R\$ 161,80	12 X R\$ 117,80
R\$ 2.000,00	6 X R\$ 412,41	8 X R\$ 323,80	12 X R\$ 235,80
R\$ 3.000,00	6 X R\$ 618,62	8 X R\$ 485,41	12 X R\$ 353,80

Fonte: Banco do Povo.

As documentações solicitadas para a liberação dos créditos e financiamentos sofrem variação em caso de pessoa física e jurídica, sendo necessário avalista em ambos os casos.

QUADRO 12 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA FINANCIAMENTO PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

PESSOA	DOCUMENTOS	AVALISTA
Física	Carteira de identidade, CPF e comprovante de residência.	Carteira de identidade, CPF e comprovante de residência e comprovante de renda. O avalista não pode morar na mesma residência do empreendedor e nem ter ligação com o empresário.
Jurídica	Contrato social e últimas alterações, CNPJ, carteira de identidade e CPF dos sócios, comprovante de residência.	idem

Fonte: Banco do Povo.

<sup>79</sup> O Vale do Jequitinhonha está situado no norte do estado e é uma região amplamente conhecida devido aos seus baixos indicadores sociais e também por ter características do sertão nordestino; por outro lado, é detentora de exuberante beleza natural e de riqueza cultural, com traços sobreviventes da cultura indígena e da cultura negra.

<sup>80</sup> Taxa de Abertura de Crédito.

Contudo, o Banco do Povo não tem crédito permanente e disponível para linhas de financiamentos, sendo que dependem de recursos de outras fontes externas para garantir um fundo de crédito rotativo. Segundo os entrevistados, para o ano de 2010 o banco não está com créditos disponíveis para financiamentos.

QUADRO 13 - INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA DO BANCO DO POVO ENTREVISTADA

INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO
Instituição: Banco do Povo – Associação de Crédito Popular Agência: Matriz - Endereço: Rua Grão Mogo, 650 - Savassi – BH/MG - Telefone: (31) 3282-8311 - Site: <a href="http://www.bcodopovo.org.br">www.bcodopovo.org.br</a>	Contato: Sr. Mário Rocha Cargo: Gerente de Crédito

Fonte: Simião Gomes Leão.

#### **d- Linhas de Financiamentos da Caixa Econômica Federal com Potencial para a AU:**

A entrevista ocorreu no dia 23 de abril de 2010, na própria agência, onde foram passadas as informações para obtenção de linhas de créditos. Segundo a Gerente entrevistada para avaliação e abertura de conta da empresa é necessário o encaminhamento de vários documentos originais<sup>81</sup>, sendo que todos os formulários foram encaminhados para conhecimento.

A Linha Empresarial Caixa Pessoa Jurídica oferece produtos e serviços para vários tipos de negócios, com a possibilidade de obtenção de empréstimos, financiamentos, crédito rotativo, antecipação de receitas, acesso a convênios de arrecadação e cobrança, aplicações financeiras, ampliação e beneficiamentos do empreendimento, além dos serviços prestados para o governo federal, tais como: PIS Empresa, pagamento de FGTS e INSS.

Contudo, não possuem linha de crédito específica para AU, sendo que oferece apenas linhas gerais de financiamento, sendo que as linhas disponíveis são destinadas exclusivamente para pessoa jurídica, empresas que atuam legalmente há mais de um ano no mercado. A CEF não possui nenhuma linha de crédito disponível para pessoa física, cooperativas e/ou associações.

QUADRO 14 - INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA ENTREVISTADA

INFORMAÇÕES SOBRE A AGÊNCIA	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO
Instituição: Caixa Econômica Federal Agência: Parc Royal Endereço: Rua da Bahia, 902 – Centro – BH/MG Telefone: (31) 3218-1200 Site: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>	Contato: Sra. Maria Elizabeth Avelar Cargo: Gerente de Relacionamento Pessoa Jurídica Email: <a href="mailto:maria.e.avelar@caixa.gov.br">maria.e.avelar@caixa.gov.br</a>

Fonte: Simião Gomes Leão.

## **5. RECOMENDAÇÕES FINAIS:**

Mediante a análise dos tópicos anteriores, propomos alguns caminhos para a criação de um ambiente, que facilite o acesso dos grupos de Agricultores Urbanos na obtenção de recursos financeiros, que possam ser utilizadas para o atendimento das demandas reais existentes. Em um primeiro instante, em decorrência do nível de organização em que os grupos de AU se encontram, seria mais prudente e viável a busca de meios alternativos de recursos, que possam contornar os gargalhos e dificuldades hoje existentes. Para que posteriormente, o que poderá vir a ocorrer a médio e/ou a longo prazo, estes grupos já tenham alcançado um nível de organização e gestão de maior maturidade e em vias de profissionalização, pois já estarão produzindo em maior quantidade e constância e com uma orientação clara para o mercado. Contudo,

<sup>81</sup> Documentos exigidos pela CEF para abertura de conta pessoa jurídica: Cópia do contrato social e alterações contratuais; Cópia da Identidade, CPF e comprovante de endereço dos sócios; Cópia do Imposto de Renda 2009 e 2010 se já tiver sido entregue de todos os sócios da empresa; Cópia do Imposto de Renda 2009 da empresa (todas as folhas); Relação de Faturamento Mensal (Real) dos últimos doze meses assinado pelo sócio administrador.

muitos grupos de agricultores urbanos continuaram com uma produção para o auto consumo, que deverão ser levadas em consideração pelas instituições que apóiam a atividade.

**Um dos caminhos poderia ser através da Fundação do Banco do Brasil**, uma vez que participou em 2004, com 89% do financiamento (o equivalente a R\$ 81.214,50 reais) do projeto de execução da Horta da Vila Pinho, sendo o momento atual propício para a realização de um novo projeto, que busque novos recursos, com o propósito de crescimento deste grupo e dos demais envolvidos. Cabe ressaltar, que esta Fundação poderá vir a ter interesse na divulgação desta experiência, que tem caráter inovador e amplas possibilidades de representar um modelo de multiplicação para outras localidades, evidenciando o papel social e ambiental desta entidade. Além de que possui outras linhas de atuação, com experiência em agroecologia e em desenvolvimento local, que podem contribuir ainda mais para o interesse em se tornarem parceiros deste projeto. Além de que alguns projetos da Fundação são destinados àqueles que querem produzir mais e melhor, sem causar danos ao meio ambiente, produzindo alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos e cujas tecnologias podem ser utilizadas por agricultores de baixa renda, assentados em projetos de reforma agrária, produtores de áreas remanescentes de quilombos e participantes de programas sociais do governo federal.

**Uma segunda alternativa poderia ser o desenvolvimento de um projeto específico e técnico que aborde os focos de Educação, Geração de Renda, Meio Ambiente e Comunidade, que são alvos de investimentos do Instituto HSBC Solidariedade e da Petrobras.** Este projeto poderia buscar a captação de recursos para melhorias das hortas e aquisições de equipamentos necessários para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos grupos envolvidos, antes que os grupos partissem para financiamentos de linhas mais complexas.

Cabe ressaltar, que para que participem de processos seletivos nestas entidades, os grupos deveriam constituir uma única Associação, que atendesse aos objetivos de todos os grupos envolvidos na proposta, visto que um dos requisitos seletivos é de que os projetos sejam realizados por organismos governamentais e/ou comunitários. Uma alternativa mais viável seria a realização do projeto por uma ONG, que ficasse encarregada e responsável por utilizar os recursos nestas hortas; neste caso poderia tentar conseguir uma articulação direta com a Rede de Intercâmbios, que já é uma parceira de apoio e que poderia ser responsável por esta Coordenação.

**Quanto a criação de uma linha de atuação de AU nas políticas públicas de Belo Horizonte, através do OP – Orçamento Participativo**, seria prudente investir antes na formação e qualificação de lideranças dos grupos, para que esses comecem a participar das Assembléias públicas e comecem a mobilizar forças, junto as outras representatividades participantes desses encontros, e mesmo, nas comunidades em que estão inseridos, para a construção do conceito e vocação da agricultura urbana nas grandes metrópoles. Esta construção já vem sendo articulada pelos parceiros envolvidos nos projetos em maior dimensão pública e política, mas na base onde se encontram as lideranças comunitárias, este ainda é um tema ainda a ser construído. Desta forma, é necessário preparar e fortalecer as lideranças dos grupos AU, para que estes tenham condições de se tornarem articuladores em outros canais, tais quais, as que podem encontradas nas assembléias do OP. Lembrando, que as obras realizadas no OP são mais estruturais, mas nada impede que as lideranças formadas nos grupos de AU, possam divulgar as experiências, bem como a importância da dimensão deste projeto para outros líderes, que podem vir a se tornar multiplicadores da experiência em suas próprias comunidades.

**Um tema chave, mais muito complexo é a regularização dos meios para obtenção do DAP, que viabilizaria os meios de fornecimentos dos agricultores urbanos diretamente para diversos programas e linhas de financiamentos do Governo Federal (como a compra direta da produção através do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos) e outros da PBH.** Mais esta possibilidades supõe a vontade política das autoridades públicas e uma maior pressão da sociedade civil com mudanças no médio prazo. Após estas possibilidades, espera-se que os grupos de AU envolvidos, possam estar mais preparados e organizados, para a gestão e utilização de recursos, que envolvam outras fontes de financiamento.

**Uma das Instituições Financeiras, que podem apoiar a AU, seria o Banco do Brasil**, que atua com linhas específicas, destinadas às Associações e Cooperativas urbanas, micro e pequenas empresas, que podem abranger até 90% do valor do projeto, que podem incluir capital de giro associado, com prazo de até 96 meses, incluindo período de carência de até 12 meses. Contudo, nesta Instituição, os grupos de AU precisam estar legalmente constituídos e já começarem a praticar ações de controle de produção, custos, lucros, etc; uma vez, que estas informações são importantes para a análise de risco, que são realizadas pelas instituições financiadoras. Outro aspecto que já poderia começar a ser abordado é a busca de apoio do SEBRAE-MG, que já é um parceiro direto do banco, na efetivação de contratos e acesso as linhas de crédito. Ampliando assim, as possibilidades estratégicas de fomento da AU em Belo Horizonte.

**Outra Instituição Financeira interessante e que já possui linhas de créditos específicas para a AU é o Banco do Nordeste**, cuja participação de agricultores em Belo Horizonte vem crescendo gradativamente. Os recursos são destinados para a aquisição de insumos, reformas, ampliação e modernização da estrutura do empreendimento e que possui taxas de juros baixas e acessíveis. Além de que há um programa específico conhecido com Agro-Amigo, que já acontece em outras regiões, mas que precisaria ser desenvolvido para a realidade local de Belo Horizonte. Cabe ressaltar, que uma das vantagens comparativas percebidas nesta instituição com relação aos outros bancos, é que este atende demandas provenientes da população mais carente, uma vez que tem um convênio direto com o Governo Federal, que consiste em políticas públicas, para atendê-los através de programas de financiamentos. Além de contar com o apoio de sua própria equipe técnica na criação de estratégias de assessoria direta junto aos grupos, contribuindo com capacitações e orientações *in loco*, voltadas para a gestão e administração financeira de créditos e finanças.

**Já as demais fontes pesquisadas ainda não possuem linhas específicas de créditos para a AU** e demandariam de um prazo e/ou maiores articulações políticas, para que tais linhas fossem criadas e praticadas pelo mercado. Concluímos este estudo, relatando que as recomendações se basearam nas informações levantadas, mas que não são as únicas alternativas existentes, mas que podem servir de parâmetro para a continuidade das ações que estão sendo realizadas na promoção e organização dos diversos grupos de agricultores urbanos em Belo Horizonte. Além de que a intenção destas propostas visa incrementar ainda mais o desenvolvimento destas experiências nesta e em outras localidades, que acreditam na importância da AU, como resgate da cidadania, da auto-estima e da emancipação de grupos excluídos.

## BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, Frederico Penido de. **Guia Prático de Desenvolvimento Municipal Focado nas Micro e Pequenas Empresas**. SEBRAE/MG, 2002. Pgs. 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 197, 199, 200, 206, 207, 211, 212, 218,

BANCO DO BRASIL. **Cartilha: Soluções em Agronegócios**. Disponível no Site da Internet: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/cartilhasolucoes.pdf>

BANCO DO POVO. Disponível no Site da Internet: <http://www.bcodopovo.org.br/index.asp>

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. Disponível no Site da Internet: <http://www.bdmg.mg.gov.br>

BANCO DO NORDESTE. Disponível no Site da Internet: [http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/Grupo\\_Principal/Home/Conteudo/PortalBN.asp](http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/Grupo_Principal/Home/Conteudo/PortalBN.asp)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível no site da internet: <http://www.caixa.gov.br>

**Cartilha: Orçamento Participativo de Belo Horizonte 15 Anos**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.

CONSEA-MG. Disponível no Site da Internet: <http://www.conselhos.mg.gov.br/consea/>

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Disponível no Site da Internet: <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/index.jsp>

FUNDAÇÃO INTERAMERICANA – IAF. Disponível no Site da Internet: [http://www.iaf.gov/grants/apply\\_grant\\_text\\_po.asp](http://www.iaf.gov/grants/apply_grant_text_po.asp)

INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE. Disponível no Site da Internet: <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/sustentabilidade/instituto-hsbc-solidariedade>

JOTA, Marcos Luiz da Cunha. BORGES, Kelen A. Daher. **Análise do Contexto Local dos Grupos de Agricultura Urbana Selecionados**. Belo Horizonte, 2009.

LARA, Ângela Christina Ferreira. **Identificação Participativa e Análise de Atores de Agricultura Urbana de Belo Horizonte**. Cap. 12 – Análise dos Tipos de Atores Identificados. Belo Horizonte, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2007.

LOVO, Ivana. JOTA, Marcos. **Perfil e caracterização de organizações de agricultores urbanos para a segunda etapa do Programa CCF – From Seed to Table (FSTT)**. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil, 2008.



RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **Belo Horizonte: esporte e Lazer**. Disponível no Site da Internet: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=11676&lang=pt\\_BR&pg=5922&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=11676&lang=pt_BR&pg=5922&taxp=0)

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. **Programa Gestão Pública e Cidadania: Política Nacional de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1999.

SEBRAE/DF. **Termo de Referência para Atuação do Sistema Sebrae em Arranjos Produtivos**. Brasília/DF. 2003, pg. 16.

SEBRAE/DF. **Manual de Atendimento Individual: Acesso a Serviços Financeiros**. Brasília/DF. 2007.

PETROBRAS. **Seleção Pública de Projetos**. Disponível no Site da Internet: <http://www.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimentoecidadania/home/>

\_\_\_\_\_ **Alienação Fiduciária**. Disponível no Site da Internet: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Aliena%C3%A7%C3%A3o\\_fiduci%C3%A1ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aliena%C3%A7%C3%A3o_fiduci%C3%A1ria)

\_\_\_\_\_ **Aval**. Disponível no Site da Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aval>

\_\_\_\_\_ **BNDES**. Disponível no Site da Internet: <http://www.bndes.gov.br>

\_\_\_\_\_ **Cosmopolita**. Disponível no Site da Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cosmopolita>

\_\_\_\_\_ **FCO Empresarial**. Disponível no Site da Internet: [http://www.bb.com.br/portalbb/page100,106,3046,10,1,1,2.bb?codigoNoticia=2243&codigoMenu=102&codigoRet=1057&bread=2\\_3](http://www.bb.com.br/portalbb/page100,106,3046,10,1,1,2.bb?codigoNoticia=2243&codigoMenu=102&codigoRet=1057&bread=2_3)

\_\_\_\_\_ **Finame**. Disponível no Site da Internet: <http://www.bertolo.pro.br/AdminFin/HTML/FINAME.htm>

\_\_\_\_\_ **Finame Empresarial**. Disponível no Site da Internet: [http://www.bb.com.br/portalbb/page100,106,5707,10,1,1,2.bb?codigoNoticia=2242&codigoMenu=102&codigoRet=1924&bread=2\\_2\\_1](http://www.bb.com.br/portalbb/page100,106,5707,10,1,1,2.bb?codigoNoticia=2242&codigoMenu=102&codigoRet=1924&bread=2_2_1)

\_\_\_\_\_ **Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – FAMPE**. Disponível no Site da Internet: [http://www.sebrae.com.br/momento/tenho-um-negocio-com-menos-de-2-anos/gestao/falta-dinheiro/garantias/547-fundo-de-aval-as-micro-e-pequenas-empresas-fampe/BIA\\_547/integra\\_bia](http://www.sebrae.com.br/momento/tenho-um-negocio-com-menos-de-2-anos/gestao/falta-dinheiro/garantias/547-fundo-de-aval-as-micro-e-pequenas-empresas-fampe/BIA_547/integra_bia)

\_\_\_\_\_ **Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC**. Disponível no Site da Internet: [http://www.sebrae.com.br/momento/tenho-um-negocio-com-menos-de-2-anos/gestao/falta-dinheiro/garantias/548-fundo-de-garantia-as-micro-e-pequenas/BIA\\_548/integra\\_bia](http://www.sebrae.com.br/momento/tenho-um-negocio-com-menos-de-2-anos/gestao/falta-dinheiro/garantias/548-fundo-de-garantia-as-micro-e-pequenas/BIA_548/integra_bia)

\_\_\_\_\_ **Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR: Funcionamento e Operações**. Disponível no Site da Internet: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1048159/dou-secao-1-09-04-1992-pg-22>

\_\_\_\_\_ **FUNPROGER - FUNDO DE AVAL PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**. Disponível no Site da Internet: <http://www.sebrae-sc.com.br/credito/default.asp?vcdtexto=4539&%5E%5E>

\_\_\_\_\_ **Hipoteca**. Disponível no Site da Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hipoteca>

\_\_\_\_\_ **Horticultura**. Disponível no Site da Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Horticultura>

\_\_\_\_\_ **Informações Gerais FCO**. Disponível no Site da Internet: <http://puxadinhos.fecomerciodf.com.br/pdf/fco.pdf>

\_\_\_\_\_ **Insumos: o que são e classificação**. Disponível no Site da Internet: <http://www.planetaorganico.com.br/insumos.htm>

\_\_\_\_\_ **Lei sobre merenda escolar abre mercado para agricultores familiares**. Disponível no Site da Internet: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1357342/lei-sobre-merenda-escolar-abre-mercado-para-agricultores-familiares>

\_\_\_\_\_ **Mesorregião do Jequitinhonha**. Disponível no Site da Internet: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o\\_do\\_Jequitinhonha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Jequitinhonha)

\_\_\_\_\_ **Nota Promissória**. Disponível no Site da Internet: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Nota\\_promiss%C3%B3ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nota_promiss%C3%B3ria)

\_\_\_\_\_ **O Berimbau da esperteza toca para longe a pobreza**. Disponível no Site da Internet: <http://www.akatu.org.br/central/especiais/2004/10/640>

\_\_\_\_\_ **O que é fiança**. Disponível no Site da Internet: [http://www.sebraesp.com.br/midiateca/publicacoes/artigos/juridico\\_legislacao/fianca](http://www.sebraesp.com.br/midiateca/publicacoes/artigos/juridico_legislacao/fianca)

\_\_\_\_\_ **Parceria entre URBEL e SMAAB permite implantação de hortas comunitárias em vilas.**

Disponível no Site da Internet:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1029698>

\_\_\_\_\_ **Penhor: o que é e como funciona.** Disponível no Site da Internet:

[http://www.igf.com.br/aprende/dicas/dicasResp.aspx?dica\\_Id=3306](http://www.igf.com.br/aprende/dicas/dicasResp.aspx?dica_Id=3306)

\_\_\_\_\_ **Penhor (caução) de recebíveis.** Disponível no Site da Internet:

<http://sites.google.com/site/gilrodrigues2k9/Home/linhas-e-condicoes-de-financiamento>

\_\_\_\_\_ **Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Disponível no Site da Internet:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_Belo\\_Horizonte](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Belo_Horizonte)

\_\_\_\_\_ **SERASA facilita o acesso ao crédito.** Disponível no Site da Internet:

<http://www.serasa.com.br/guiaidoso/serasa.htm>

\_\_\_\_\_ **Serviço de Proteção ao Crédito.** Disponível no Site da Internet:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o\\_de\\_Prote%C3%A7%C3%A3o\\_ao\\_Cr%C3%A9dito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_ao_Cr%C3%A9dito)

\_\_\_\_\_ **SICOOB.** Disponível no Site da Internet: [http://www.sicoob.com.br/site/sistema\\_sicoob.load](http://www.sicoob.com.br/site/sistema_sicoob.load)

\_\_\_\_\_ **Urucuia.** Disponível no Site da Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Urucuia>



## ANEXO

QUADRO 15 - LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BNDES QUE PODEM VIR A SEREM INTERESSANTES PARA OS GRUPOS DE AU

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
Acesso ao Crédito pelo microempreendedor	-	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, assim consideradas aquelas que auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil.	Os microempreendedores devem dirigir-se aos agentes repassadores do microcrédito de sua cidade/região, que fornecerão as condições de financiamento e analisarão a possibilidade de concessão de crédito. Em BH é possível buscar informações através do SICOOB <sup>82</sup> .	<b>Obs.:</b> As condições de financiamento devem ser verificadas diretamente com os agentes repassadores de microcrédito, que variam de acordo com Programa original de captação dos recursos e pode divergir das atuais condições divulgadas para o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO.	-
Agropecuária	-	Apoiar projetos de investimentos visando à implantação, à modernização, à expansão da capacidade produtiva, ao aumento da produtividade e à eficiência do parque industrial brasileiro. Destinados para Projetos de ampliação da capacidade produtiva, implantação, recuperação, modernização e otimização de unidades industriais e empreendimentos do setor de Agropecuária.	60% dos itens financiáveis.	O prazo total de financiamento será determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa e do grupo econômico.	<b>Para apoio direto:</b> definidas na análise da operação. <b>Para apoio indireto:</b> negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.
BNDES cartão	-	Voltado para Micro, Pequenas e Médias Empresas, consiste em um crédito rotativo, pré-aprovado, de até R\$ 1 milhão, para aquisição de produtos credenciados no Portal de Operações do Cartão BNDES. Atualmente, emitem o Cartão BNDES o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco, a Nossa	Negociado entre o banco emissor e o cliente na análise de crédito para concessão do cartão, limitado a R\$ 1 milhão por banco emissor.	Amortização de 3 a 48 prestações mensais, fixas e iguais (sujeita à consulta junto ao banco emissor).	Negociadas entre o banco emissor e o cliente, na análise de crédito para concessão do cartão.

<sup>82</sup> Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
BNDES AUTOMÁTICO	Recursos orçamentários do BNDES, sendo que as operações são realizadas exclusivamente por intermédio de agentes financeiros.	Caixa e o Banrisul. Implantação, expansão, modernização ou realocização de empreendimentos que visem ao fortalecimento da competitividade, cujo financiamento seja inferior a R\$ 10 milhões. Itens financiáveis: obras civis vinculadas ao projeto; aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional; parcela de capital de giro associado ao projeto; aquisição ou desenvolvimento de software; pesquisas, estudos e capacitação tecnológica; programas de qualidade e produtividade e de treinamento de pessoal, etc.	Até 90%.	O pagamento do empréstimo pode ser feito em até 60 meses, incluído o período de carência de até 12 meses.	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
BNDES Finame Agrícola	-	Financiamento, por intermédio instituições financeiras credenciadas, à produção e à comercialização de máquinas, implementos agrícolas e bens de informática e automação destinados à produção agropecuária, novos e de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES. O BNDES ao credenciar o produto verifica tão somente o processo produtivo do fabricante. Sendo assim, o credenciamento não gera a Banco qualquer responsabilidade por problemas relacionados à qualidade e/ou ao desempenho técnico operacional do produto. <b>Cientes:</b> Sociedades e fundações com sede e administração no País, do setor agropecuário; Empresários individuais que exerçam atividade produtiva no setor agropecuário e estejam inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e no Registro Público de Empresas Mercantis; Pessoas	.	-	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		jurídicas de direito público do setor agropecuário, nas esferas federal, estadual, municipal e distrital; Pessoas Físicas, residentes e domiciliadas no País, com efetiva atuação no setor agropecuário, para investimentos em seu setor de atividade; Associações, sindicatos, cooperativas, condomínios e assemelhados, e clubes, com efetiva atuação produtiva no setor agropecuário.			
BNDES PSI - Bens de Capital	-	<p>Financiar a produção e a aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, inclusive agrícolas, e o capital de giro a eles associados; a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, associados a projetos de investimentos; e a aquisição daqueles bens destinados a operações de arrendamento mercantil.</p> <p>Itens Financiáveis</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ônibus, chassis e carrocerias para ônibus, caminhões, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, chassis e carrocerias para caminhões, aí incluídos semi-reboques tipo dolly e afins, carros-fortes e equipamentos especiais adaptáveis a chassis, tais como plataformas, guindastes, betoneiras, compactadores de lixo e tanques, novos, devidamente registrados no órgão de trânsito competente;</li> <li>2. Demais máquinas e equipamentos novos, inclusive agrícolas, aí incluídos conjuntos e sistemas industriais, máquinas-ferramenta, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e</li> </ol>	<p>Micro, Pequenas e Médias Empresas - até 100% dos itens financiáveis, com exceção de financiamento de aeronaves executivas e comerciais, cuja participação será de até 85%. Operações realizadas pelo BNDES Finame Leasing sempre terão nível de participação de até 80%, sem exceção.</p> <p>Grandes Empresas - Até 80% do valor dos itens financiáveis, com exceções.</p>	<p>Até 96 meses, para os bens do item 1; e Até 120 meses, para as máquinas e equipamentos do item 2.</p>	<p>As definidas para os Produtos BNDES Finem, BNDES Finame, BNDES Finame Leasing, BNDES Finame Agrícola e BNDES Automático, conforme o caso. Micro, pequenas e médias empresas podem usar o Fundo Garantidor de Investimentos - BNDES FGI.</p>

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		<p>metroviários, tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas e máquinas rodoviárias e equipamentos para pavimentação;</p> <p>3. Capital de giro associado à aquisição isolada de máquinas e equipamentos nacionais novos, em operações realizadas com micro, pequenas e médias empresas.</p>			
Investimentos Sociais de Empresas	-	<p>Financiamento a investimentos destinados à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais realizados por empresas ou em parceria com instituições públicas ou associações de fins não econômicos, que objetivem a elevação do grau de responsabilidade social empresarial e que sejam voltados para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos.</p> <p>A linha se divide em duas modalidades: apoio a investimentos no âmbito da comunidade e apoio a investimentos no âmbito da empresa.</p> <p><b>Empreendimentos apoiáveis:</b>  <b>Âmbito da Comunidade</b> - Investimentos sociais, no âmbito da Comunidade, vinculados ou não a projetos econômicos, voltados para os seguintes grupos de ações: (1) Ambiente externo com influência local e microrregional: ações que tenham como público-alvo as populações localizadas em comunidades do entorno ou das áreas de influência geográfica das empresas; (2) Ambiente macrossocial: ações que beneficiem segmentos da população nacional, não diretamente associados a iniciativas empresariais ou em suas áreas</p>	<p><b>Cientes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociedades com sede e administração no País, de controle nacional ou estrangeiro;</li> <li>- Empresários individuais;</li> <li>- Associações e fundações.</li> </ul> <p><b>Investimentos no âmbito da comunidade:</b> 100% dos itens financiáveis.  <b>Investimentos no âmbito da empresa:</b> 80% dos itens financiáveis.</p> <p><b>Observação:</b> Esse limite pode ser aumentado para empreendimentos localizados nos municípios beneficiados pela Política de Dinamização Regional (PDR).</p>	Até 96 meses, incluído o prazo máximo de carência de até 24 meses.	Definidas na análise da operação.

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		<p>de influência, que visem a somar esforços com programas e políticas sociais públicas.</p> <p><b>Âmbito da Empresa</b> - Investimentos sociais, no âmbito da empresa (ambiente corporativo), em que o público-alvo são os empregados e seus dependentes ou familiares, os empregados de fornecedores de insumos, materiais e serviços ou clientes.</p> <p><b>Itens financiáveis</b> - os seguintes itens são passíveis de apoio, para ambas as modalidades desta linha:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Obras civis destinadas à instalação, expansão, reforma e outras benfeitorias;</li> <li>2. Aquisição de máquinas, equipamentos e materiais permanentes;</li> <li>3. Serviços técnicos especializados, tecnologia da informação e capacitação;</li> <li>4. Desenvolvimento, difusão e reaplicação de tecnologias sociais aprimoradas de políticas públicas.</li> </ol> <p><b>Observação:</b> a aquisição de imóveis poderá ser considerada como item financiável desde que estes sejam destinados a projetos no Âmbito da Comunidade e que tenham a aprovação do BNDES.</p> <p><b>Itens não financiáveis</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ações e projetos sociais contemplados com incentivos fiscais;</li> <li>2. Ações de caráter legal e obrigatório;</li> <li>3. Treinamento relacionado às atividades empresariais;</li> <li>4. Aquisição de terrenos e outros bens imóveis, ressalvada a observação</li> </ol>			

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		<p>acima, em <i>Itens Financiáveis</i>;</p> <p>5. Ações associadas à performance comercial e competitiva ou ao desenvolvimento direto de mercado consumidor;</p> <p>6. Ações de marketing institucional ligadas a causas e campanhas;</p> <p>7. Custeio e manutenção de atividades e benefícios adicionais voltados para funcionários, que tenham caráter permanente e possam ser caracterizados como política de recursos humanos, tais como: planos de saúde, previdência, seguros, auxílios de moradia, de escola, entre outros.</p>			

Fonte: BNDES.

QUADRO 16 - LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BDMG QUE PODEM VIR A SEREM INTERESSANTES PARA OS GRUPOS DE AU

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
BDMG Agronegócio	-	<p>Soluções em financiamento dirigidas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empresas agroindustriais de todos os portes, inclusive cooperativas, com efetiva atuação no segmento agropecuário;</li> <li>- Empresas industriais e florestais, nacionais ou estrangeiras, vinculadas a empresas consumidoras ou que desenvolvam programas de fomento florestal;</li> <li>- Produtores rurais (pessoa física ou jurídica), por meio de cooperativas de crédito filiadas à Crediminas;</li> </ul> <p>Empreendimentos vinculados direta ou indiretamente ao Projeto Jaíba ou a outros programas rurais. O crédito pode ser destinado a investimentos fixos e semifixos, à aquisição de máquinas e implementos agrícolas de fabricação</p>	-	-	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		nacional, incluindo gastos com licenciamento ambiental e assistência técnica. <b>O BDMG apoia também atividades agrícolas sustentadas pela força de trabalho familiar.</b> Para demais condições e roteiros de financiamento, o interessado deve enviar uma consulta preliminar.			
BDMG Competitividade	-	Crédito para micro, pequenas e médias empresas que precisam aumentar a sua produtividade e competitividade, por meio da modernização de processos, produtos e serviços. O BDMG oferece as melhores linhas de financiamento do mercado, tanto para investimentos em instalações, máquinas, veículos e equipamentos quanto para ativos intangíveis como modernização e absorção de tecnologia, adequação ambiental e marketing, entre outros. Para demais condições e roteiros de financiamento, o interessado deve enviar uma consulta preliminar.	-	-	-
BDMG Expansão	-	Financiamento para pequenas, médias e grandes empresas dos setores de indústria, comércio, serviços, infraestrutura e agropecuário. Opções de linhas de crédito de longo prazo e com as melhores taxas, ideais para projetos de expansão, modernização e realocação do empreendimento. Para demais condições e roteiros de financiamento, o interessado deve enviar uma consulta preliminar.	-	-	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
BDMG Implantação	-	Soluções de financiamento para a implantação de micro, pequenas, médias e grandes empresas, com os melhores prazos, carência e custos financeiros do mercado. Os recursos liberados podem cobrir até 60% dos investimentos em construções, instalações, compra de máquinas, veículos e equipamentos, desenvolvimento de produtos, processos e serviços.  Para demais condições e roteiros de financiamento, o interessado deve enviar uma consulta preliminar.	-	-	-
BDMG Inovação	-	Para empresas inovadoras que precisam de recursos para desenvolvimento e transferência de tecnologia, o BDMG oferece opções de linhas de crédito de longo prazo e com as melhores taxas. Soluções ideais pra induzir novos produtos, processos ou serviços e para investimentos em infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento. Para demais condições e roteiros de financiamento, o interessado deve enviar uma consulta preliminar.	-	-	-
BDMG Rural	-	Apoio financeiro ao produtor rural em atividades agrícolas, pecuárias ou florestais. Clientes: agricultores e trabalhadores rurais, com projetos de investimentos em propriedades localizadas no Estado de Minas Gerais.	Investimentos financiáveis: Investimentos diretamente relacionados com a atividade produtiva ou de serviços, destinados a promover o aumento da produtividade e da renda do produtor.	Até 96 meses para pagamento, incluída carência de até 36 meses, com pagamentos em parcelas semestrais ou anuais. Para os projetos de implantação de florestas o prazo poderá chegar até 144 meses para pagamento com até 96 meses de carência.	-



			Valor do Financiamento: De R\$ 3 mil até R\$ 250 mil.		
Micro e Pequena Empresa	-	Financiamentos para micro e pequenas empresas e cooperativas com mais de seis meses de atividade e com faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões. Ideal para investimentos fixos, máquinas e equipamentos, obras civis, aquisição de veículos, informatização e modernização e também capital de giro puro ou associado aos investimentos. Para empresas optantes pelo Simples Nacional a solicitação de financiamento pode ser feita eletronicamente pelo programa BDMG Geraminas Internet Versão 5.2.	Cobertura de até 80% do projeto e de até 100% para capital de giro puro;	Os prazos para capital de giro puro são de 24 meses com carência de 3 meses. Para investimentos fixos de até R\$ 180 mil, prazos de 36 meses com carência de 3 meses e, para investimentos acima de R\$ 180 mil até R\$ 360 mil, prazos de 48 meses com carência de 6 meses. A taxa de juros é fixa de 1% ao mês.	-
Microcrédito	-	Público Alvo: empreendedores de baixa renda com dificuldades de acesso ao mercado creditício formal e proprietários de pequena unidade produtiva, podendo ser formal ou informal. <b>Onde buscar o financiamento em Belo Horizonte:</b> - Banco do Povo Associação de Crédito Popular – <b>Matriz</b> - Rua Grão Mogol, 650 - Sion - CEP 30.310-010 - Tel.: (31) 3282-8311 - E-mail: <a href="mailto:bcodopovo@bcodopovo.org.br">bcodopovo@bcodopovo.org.br</a> <b>Agência BH Centro - Praça Sete</b> Av. Amazonas, 478 (dentro do PSIU) – Centro - CEP 30.180-000 - Tel.: (31) 3213-2382 - E-mail: <a href="mailto:credito@bcodopovo.org.br">credito@bcodopovo.org.br</a> <b>Agência BH Barreiro – PSIU</b> - Av. Afonso Vaz de Melo, 640 (Via Shopping) Piso Inverno – Barreiro de Baixo - CEP 30.640-070 - Tel.: (31) 3384-1097 - E-mail: <a href="mailto:psiubarreiro@bcodopovo.org.br">psiubarreiro@bcodopovo.org.br</a> <b>Contagem</b> CONTACRED Instituição Mineira de Microcrédito / Banco da Comunidade - Av. Olímpio Garcia, 430 Lj 110 - Eldorado	-	-	-

		- Cep.: 32315-140 - Tel.: (31) 3353.4649 - E-mail: <a href="mailto:contacred@hotmail.com">contacred@hotmail.com</a>		
--	--	---	--	--

Fonte: BDMG.

QUADRO 17 - LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BANCO DO BRASIL QUE PODEM VIR A SEREM INTERESSANTES PARA OS GRUPOS DE AU

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
Agronegócios - Cartão de Crédito do Produtor Rural	Linhas disponibilizadas do agricultor familiar ao produtor rural, da agroindústria às cooperativas, desde o custeio até a comercialização. Também conta com programas especiais, convênios e soluções para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, além de seguros adequados para ter a sua lavoura protegida.	Com ele, a empresa ou cooperativa podem adquirir bens e produtos agropecuários, por meio de financiamento rural previamente contratado, efetuando o pagamento diretamente nos estabelecimentos conveniados ao BB).	-	-	-
Agronegócios - Custeio Agropecuário	Idem	Financiamento das despesas normais das atividades agrícolas e pecuárias. O custeio agrícola destina-se à aquisição de insumos, realização de tratamentos culturais e colheita, beneficiamento ou industrialização do produto financiado e produção de mudas e sementes certificadas e fiscalizadas. No custeio pecuário, nas despesas do dia a dia estão incluídas a compra de medicamentos e vacinas, a limpeza e a reforma de pastagens e a silagem. As atividades agrícolas e pesqueiras (industrial ou artesanal) também são beneficiadas. Esses financiamentos para custeio também podem ser realizados com	-	-	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		cooperados das cooperativas de crédito rural por meio da sistemática de repasse.			
Finame Empresarial	-	Para a empresa que busca financiamento de longo prazo para aquisição e produção de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, incluindo veículos de carga, o BB disponibiliza o Finame Empresarial. Esta linha permite a aquisição de máquinas e equipamentos cadastrados no BNDES. Também possibilita o financiamento de capital de giro associado para micro, pequenas e médias empresas na linha do MPME BK.	-	-	-
Agronegócios Investimento Agropecuário	-	Linhas disponibilizadas do agricultor familiar ao produtor rural, da agroindústria às cooperativas, desde o custeio até a comercialização. Também conta com programas especiais, convênios e soluções para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, além de seguros adequados para ter a sua lavoura protegida.	Linhas destinadas a ampliar, diversificar e modernizar a produção. Financia a aquisição de máquinas agrícolas novas ou usadas, tratores, implementos, colheitadeiras, animais para cria e recria, animais para a produção de leite, sêmen e embriões de animais de raças especializadas a produção de leite, assim como a implantação de sistemas de armazenagem e de irrigação, projetos de melhoria genética, correção de solo, recuperação de pastagens, ações de adequação e preservação ambiental, entre outras finalidades. Para a cooperativa agropecuária que quer realizar investimento, o Banco do Brasil financia a implantação, ampliação e modernização dos sistemas de beneficiamento, industrialização e comercialização.	-	-
Agronegócios Pronaf	-	O Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi criado com o objetivo de fortalecer	O Programa atende agricultores familiares que possuem renda bruta familiar anual de até R\$ 110 mil e que apresentam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) – documento que qualifica o produtor a solicitar crédito para	-	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
	atividades do agricultor familiar e de suas cooperativas e aumentar sua renda, agregando valor ao produto e à propriedade daqueles que desenvolvem a atividade com a sua força de trabalho e a de sua família.	atividades agropecuárias (custeio e investimento) e não agropecuárias (artesanato e turismo rural). Além disso, o agricultor familiar pode contar com o seguro de produção – PROAGRO MAIS –, que permite cobertura decorrente de eventos climáticos naturais, doenças fúngicas ou pragas sem método difundido de controle ou prevenção, e ainda garante uma renda mínima para sua família; e com o seguro de preço – PGPAF –, que garante ao produtor o recebimento de um bônus sempre que o preço de mercado de seu produto estiver abaixo do preço de garantia para sua região.			
Agronegócios Pronaf	- Idem	Outras linhas adicionais do Pronaf, que podem ser interessantes para o s grupos de AU: 1) <b>Pronaf Mulher:</b> investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outros interesses da mulher agricultora. 2) <b>Pronaf Agroindústria:</b> custeio e investimento para implantação, ampliação, recuperação e modernização de pequenas e médias agroindústrias e cooperativas agropecuárias. 3) <b>Pronaf Agroecologia:</b> investimento para produção e implantação de sistemas de produção agroecológica e/ou orgânica. 3) <b>Pronaf Florestal:</b> investimento para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável; plano de manejo e manejo florestal; recomposição e manutenção de áreas de preservação e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada. 4) <b>Pronaf ECO:</b> investimento para implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias	-	-	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e correção da acidez e melhoramento do solo. 5) <b>Pronaf Mais Alimentos:</b> projetos de investimento destinados à aquisição de máquinas, tratores, implementos agrícolas e matrizes, formação de pastagens, implantação de pomares e estufas, irrigação e armazenagem, associados à produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, café, gado de corte, suinocultura, avicultura, caprinos e ovinos.			
Agronegócios - Programa BB de Produção Orgânica	Linhas disponibilizadas do agricultor familiar ao produtor rural, da agroindústria às cooperativas, desde o custeio até a comercialização. Também conta com programas especiais, convênios e soluções para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, além de seguros adequados para ter a sua lavoura protegida.	Visa apoiar as atividades agropecuárias que seguem as normas técnicas do sistema orgânico e agroecológico de produção, disponibilizando linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização das atividades previstas no plano de manejo aprovado pela Instituição Certificadora.	-	-	-
FCO Empresarial	-	Destinada às empresas que se dedicam à atividade produtiva nos segmentos agropecuário, mineral, industrial, comercial, de serviços, agroindustrial e de turismo na região Centro-Oeste.	Depende de estudo do potencial empresarial	- Nas Linhas de Desenvolvimento Industrial e de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços: até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos; - Na Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional: até 12 anos, incluído o período de	Fundo de Aval às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FAMPE); Pessoais (aval ou fiança); Bens financiados e/ou outras garantias

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
				<p>carência de até 3 anos. No caso de meios de hospedagem: até 20 anos, incluído o período de carência de até 5 anos;</p> <p>- Na Linha de Infra-estrutura Econômica: até 15 anos, incluído o período de carência de até 5 anos, podendo ser elevado a até 20 anos, no caso de empreendimentos estruturantes de grande vulto considerados de alta relevância em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, desde de que devidamente justificado no projeto.</p> <p>Capital de Giro Associado - até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano;</p> <p>Aquisição de Insumos, Matéria-prima e Formação de Estoques para venda - até 24 meses, incluído o período de carência de até 6 meses (apenas para micro e pequenas empresas);</p> <p>Caminhões - até 6 anos, incluído o período de carência de até 2 anos.</p>	reais.
Giro Rápido	Recursos próprios do Banco do Brasil.	Atender às necessidades de capital de giro das micro e pequenas empresas	Depende de estudo do potencial empresarial	12 meses, com renovações automáticas e sucessivas.	-
Leasing	Recursos próprios do Banco do Brasil.	Arrendamento mercantil leasing para financiamento de veículos, máquinas e equipamentos novos e usados, produzidos no Brasil ou no exterior.	Até 100% do valor do bem, com no mínimo R\$ 3.900,00 para leasing doméstico e R\$ 200.000,00 para leasing internacional.	De 24 a 60 meses, com pagamentos mensais, trimestrais ou semestrais.	Para leasing internacional, carta de fiança prestada preferencialmente pelo BB ou por outro banco de primeira linha. Para o nacional, o próprio bem

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
					arrendado garante.
Proger Urbano	Fundo de Amparo do Trabalhador.	Financiar projetos de investimentos ou investimento com capital de giro associado para micro e pequenas empresas, que proporcionem geração ou manutenção de emprego e renda. Financiar o fornecimento, desenvolvimento ou aquisição de produtos ou serviços voltados à racionalização e à otimização do uso de energia.	80% do valor do projeto, respeitado o teto de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).	Para a implantação de sistemas de gestão empresarial: até 18 meses, incluído o período de carência de até 6 meses. Demais investimentos, inclusive capital de giro associado: até 60 meses, incluído o próprio período de carência de até 2 meses para veículos automotores; e de até 12 meses para os demais casos.	-
Programa de Informatização de Empresas	Recursos próprios do Banco do Brasil.	Financiar a aquisição de equipamentos de informática às micro e pequenas empresas, visando modernizar a sua gestão e viabilizar a comunicação eletrônica do cliente com o BB, por intermédio de parceria entre o banco e empresas fornecedoras credenciadas, fornecedoras de Kit de equipamentos de informática.	Observado o piso de R\$ 1.000,00 e o teto de R\$ 50.000,00, poderá ser financiado até 100% dos kits de equipamentos escolhidos.	Até 24 meses, sem carência. Encargos financeiros TJLP + 5,33% nominais ao ano.	Apenas a vinculação dos equipamentos financiados e fundo de aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger) de 80% do valor financiado.

Fonte: Banco do Brasil.

QUADRO 18 - LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BANCO DO NORDESTE QUE PODEM VIR A SEREM INTERESSANTES PARA OS GRUPOS DE AU

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
Capital de Giro	Depende do produto.	A oferta de capital de giro contribui para a consolidação e o crescimento das Micro e Pequenas Empresas. Sua ausência é, possivelmente, uma das principais causas da mortalidade dessas empresas. O Banco do Nordeste disponibiliza para sua empresa um conjunto de produtos para capital de giro, de acordo com a sua necessidade. Desde a cobertura momentânea e emergencial de déficits de caixa até a aquisição de insumos e matérias-primas relacionados com a sua	-	Depende do produto.	Depende do produto.

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		<p>atividade. Tudo isso com taxas entre as mais atraentes do mercado.</p> <p>Produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Giro Simples Conterrâneo</u></li> <li>- <u>Giro Insumos Conterrâneo</u></li> <li>- <u>Giro Estoque BNB</u></li> <li>- <u>Cheque Empresa Conterrâneo</u></li> <li>- <u>Conta Empresarial Conterrâneo</u></li> <li>- <u>Desconto de Cheque e Duplicatas</u></li> </ul>			
<p>Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste - AGRIN</p>	<p><u>Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.</u></p>	<p>Financiar a implantação, expansão, modernização e realocação com modernização de empreendimentos agroindustriais.</p> <p><b>O que financia:</b> Investimentos em construção e ampliação de benfeitorias e instalações, capital de giro associado ao investimento e aquisição de máquinas, equipamentos e veículos automotores relacionados com o desenvolvimento da atividade do empreendimento financiado podendo a aquisição ser financiada de forma isolada. Excluem-se de serem financiadas pelo Agrin, a aquisição de terrenos, veículos de passeio, bem como os empreendimento de beneficiamento ou industrialização de fumo, soja transgênica e beneficiamento de madeiras nativas sem plano de manejo sustentável e não licenciados, dentre outros itens e atividades não financiáveis por esse programa.</p> <p><b>Público-alvo:</b> Empresas e usinas agroindustriais privadas de médio e grande porte constituídas sob a forma de pessoas jurídicas, inclusive empresários registrados na junta comercial, reunidos ou não em cooperativas e associações. No caso de cooperativas e associações o crédito será deferido diretamente ao cooperado/associado.</p>	-	<p>Serão determinados conforme a capacidade de pagamento do projeto e observados os limites de vida útil dos bens financiáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimentos fixos e mistos – até 12 anos, com até 4 anos de carência;</li> <li>- Capital de giro – deverá ser reembolsado no prazo de até 8 (oito) meses.</li> </ul>	<p>As garantias serão cumulativa ou alternativamente compostas por garantias reais e fidejussórias, em função do prazo, valor e pontuação obtida na avaliação de risco do cliente e do projeto.</p>



LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
Tecnologia.	Fonte dos recursos <u>Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE</u>	<p>Para promover o desenvolvimento tecnológico das empresas industriais e dos produtores rurais nordestinos, aumentando sua competitividade, o Banco do Nordeste está garantindo os recursos necessários à geração e incorporação de inovações de processos e produtos.</p> <p><b>O que o Programa financia:</b>            Construção e ampliação de benfeitorias e instalações; Projetos de aplicação de design; programação visual; embalagens, identificação visual e manual de uso de produtos; sinalização industrial; adequação de postos de trabalho e ambiente fabril voltada à melhoria da produtividade (ergonomia); implantação de sistemas de metrologia; realização e participação em exposições de design; participação em feiras setoriais nacionais e estrangeiras; produção de peças promocionais sobre o design; e avaliação e registro de produtos em laboratórios de certificação; Aquisição de máquinas e equipamentos, inclusive equipamentos de informática e software, de veículos nacionais de carga com capacidade mínima de 4 toneladas, podendo a aquisição ser financiada de forma isolada; Importação de tecnologia, know-how e serviços técnicos na forma da legislação vigente.; Laboratórios de controle de qualidade e/ou seus equipamentos Implantação (incubação) e desincubação de pequenas e microempresas industriais que utilizem tecnologias geradas em universidades e</p>	Depende do perfil do empreendedor.	Máximo de até 12 (doze) anos, com até 4 (quatro) anos de carência, dependendo da finalidade e em função da capacidade de pagamento do mutuário.	As garantias serão, cumulativa ou alternativamente: Hipoteca, Alienação fiduciária dos bens financiados, Penhor dos bens preexistentes, Fiança ou aval.

		<p>centros de pesquisa; Compra e absorção de tecnologia, transferência de tecnologia e participação em joint ventures tecnológicas; Projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&amp;D) em empresas, individualmente ou em consórcios de pesquisa cooperativa para implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento, laboratórios e departamentos de engenharia de empresas e para programas e projetos de P&amp;D de produtos e processos que incorporem novos conhecimentos executados diretamente ou por intermédio de centros de pesquisa; Modernização organizacional: qualidade e produtividade, incluindo a adoção de técnicas modernas de gestão, mudança no leiaute da fábrica, treinamento de pessoal e consultoria, automação do processo de produção, implantação de sistemas de controle estatístico de processo e certificações como a ISO 9000, CMM e outros.; Produção de silagem com uréia; Investimentos para a atividade de novilho precoce; Capital de giro associado ao investimento fixo, exceto no setor rural; Exclusivamente para empresas de base tecnológica; Mão-de-obra relativa a homens/hora necessários ao desenvolvimento dos produtos, consultoria especializada, bem como as despesas previstas para a comercialização pioneira (marketing, embalagem, participação em feiras e demais eventos ligados ao conhecimento do produto); Segmento de informática: fabricação de hardware e desenvolvimento de software; Segmento de química fina: fabricação de fármacos de uso humano e veterinário; defensivos animais domissanitários e agrícolas; intermediários de síntese de produtos de</p>			
--	--	---	--	--	--

		<p>química fina; catalisadores; aditivos químicos orgânicos, inclusive corantes, pigmentos, tonantes e produtos aromáticos sintéticos; e produtos químicos orgânicos destinados a explosivos; segmento de biotecnologia: produção de reativos para diagnósticos; imunobiológicos; e biofármacos, por meio de processos fermentativos; Segmento de mecânica de precisão: fabricação de máquinas e equipamentos; autopeças; informática; instrumentação; equipamentos aeroespaciais; equipamentos odontológico-hospitalares e componentes; e aparelhos óticos de precisão; Segmento de telecomunicação digital, microeletrônica e novos materiais: fabricação de componentes, aparelhos, peças e materiais; Segmento de instrumentação geral: fabricação de instrumentos de medição e controle usados no processo industrial; Segmento de automação industrial: produção de comando numérico computadorizado (CNC), comando lógico programável e sistemas digitais de controle distribuído (CLP e SDCD, CAD/CAM), robôs e células e sistemas flexíveis.</p> <p><b>A quem se destina:</b> Empresas de qualquer porte; Cooperativas e associações (em créditos diretamente aos associados).</p>			
--	--	---	--	--	--

Fonte: Banco do Nordeste.

QUADRO 19 - LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BANCO DO POVO QUE PODEM VIR A SEREM INTERESSANTES PARA OS GRUPOS DE AU

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
Individual	Recursos Mistos.	-	Valor do Crédito Empreendimento Informal (pessoa física) - Mínimo = R\$	Crédito para Capital de Giro - Mínimo de 4 meses e máximo de 6 meses. Crédito para Capital Fixo -	Aval Pessoal - É solicitado de acordo com o estabelecido na

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
			500,00 e Máximo = R\$ 3.000,00. Empreendimento Formal (pessoa jurídica) - Mínimo = R\$ 1.000,00 e Máximo = R\$ 5.000,00.	Mínimo de 4 meses e máximo de 12 meses.	legislação brasileira. Aval Solidário - um membro do grupo é avalista do outro. Os avalistas devem ter renda mínima de 3 vezes o valor da prestação e não podem ter nenhuma ligação com o empreendimento.
Microcrédito produtivo	Recursos Mistos.	-	-	Mínimo de 4 meses e máximo de 11 meses, sem carência.	Avalista. Obs: 1) O Avalista tem que possuir uma renda mínima de 3 vezes o valor da prestação; não poderá ter ligação com o empreendimento e nem morar na mesma residência do empreendedor. 2) grupo solidário - Sujeito à aprovação de crédito.

Fonte: Bando do Povo.

QUADRO 20 - LINHAS DE FINANCIAMENTO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL QUE PODEM VIR A SEREM INTERESSANTES PARA OS GRUPOS DE AU

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
Bens de Consumo Duráveis	Recursos da própria caixa.	Modernização de empresas mediante financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos e investimento na melhoria do próprio negócio.	-	De acordo com a análise da empresa em função de critérios da própria caixa: Modalidade prefixada: de 1 a 12 meses. Modalidade pós-fixada: de 4 a 24 meses.	Aval dos principais sócios dirigentes, alienação fiduciária e garantias adicionais, se a análise exigir.
BNDES AUTOMÁTICO	Recursos orçamentários do BNDES, sendo que as operações são realizadas exclusivamente por intermédio de agentes financeiros.	Implantação, expansão, modernização ou realocação de empreendimentos que visem ao fortalecimento da competitividade, cujo financiamento seja inferior a R\$ 10 milhões. Itens financiáveis: obras civis vinculadas ao projeto; aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional; parcela de capital de giro associado ao projeto; aquisição ou desenvolvimento de <i>software</i> ; pesquisas, estudos e capacitação tecnológica; programas de qualidade e produtividade e de treinamento de pessoal, etc.	Até 90%.	O pagamento do empréstimo pode ser feito em até 60 meses, incluído o período de carência de até 12 meses.	-
BNDES cartão Caixa	-	Voltado para Micro, Pequenas e Médias Empresas, consiste em um crédito rotativo, pré-aprovado, de até R\$ 1 milhão, para aquisição de produtos credenciados no Portal de Operações do Cartão BNDES. Atualmente, emitem o Cartão BNDES o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco, a Nossa Caixa e o Banrisul.	Negociado entre o banco emissor e o cliente na análise de crédito para concessão do cartão, limitado a R\$ 1 milhão por banco emissor.	Amortização de 3 a 48 prestações mensais, fixas e iguais (sujeita à consulta junto ao banco emissor).	Negociadas entre o banco emissor e o cliente, na análise de crédito para concessão do cartão.
Empreendedor Individual	-	Financiamento e créditos para o trabalhador individual, que ao formalizar a sua empresa, além de poder contar com diversos benefícios, como facilidades na hora de abrir uma conta bancária, pedir empréstimos, emitir notas fiscais e participar de licitações públicas, terá a CAIXA, como grande parceira oferecendo serviços, com taxas e tarifas	-	-	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		diferenciadas. Serviços disponibilizados: conta corrente; cheque empresa Caixa; Girocaixa fácil; cartão de crédito empresarial.			
Financiamento de Veículos	-	É uma linha de crédito para micro e pequenas empresas locadoras de veículos, destinada à aquisição de automóveis para locação	O prazo de pagamento do empréstimo é de até 18 meses.	O limite para a operação é de 90% do valor do bem.	-
Girocaixa	Recursos operacionais da Caixa.	Atender às necessidades de capital de giro das micro e pequenas empresas	R\$ 100 mil.	Mínimo de 1 mês e máximo de 24 meses.	-
Finame	-	É uma linha de crédito destinada a empresas de micro e pequeno porte, localizadas em qualquer região do país. São utilizados recursos do BNDES para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos, cadastrados na Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), e capital de giro associado à aquisição isolada de equipamentos.	O empréstimo pode ser pago em até 60 meses, incluído o período de carência de até 12 meses.	O limite de financiamento é de até R\$ 1.000.000,00. As operações acima deste valor requerem aprovação do negócio pela CAIXA. O limite de financiamento de equipamentos é de até 90% do valor deles.	-
Girocaixa Instantâneo	Recursos operacionais da Caixa.	Empréstimo destinado a antecipar o fluxo de caixa para micro, pequenas e médias empresas. O limite de crédito rotativo flutuante é proporcional ao estoque de cheques pré-datados em custódia / caução.	Baseado no volume de cheques pré-datados em custódia / caução, limitado ao valor máximo do crédito permitido pelo porte da empresa.	180 dias, renovável automaticamente por igual período.	-
Proger Investimento	Fundo de Amparo do Trabalhador.	Programa voltado ao financiamento de planos de negócios de empresas, visando à geração de emprego e renda. Atende micro e pequenas empresas, inclusive agroindústrias, cooperativas e associações de produção. Mas as empresas devem estar legalmente constituídas há mais de 12 meses. <b>Itens financiáveis:</b> - investimentos fixos representados por bens e serviços inerentes à atividade do proponente, previstos no plano de negócios;	Até 90% do projeto, limitado a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Inclui-se neste limite a parcela de capital de giro associado, quando houver, que não pode exceder a 35% do total do financiamento, limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil	Até 48 meses, incluindo carência de até 6 meses.	-

LINHA	ORIGEM	FINALIDADE	LIMITES	PRAZOS	GARANTIAS
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- capital de giro associado;</li> <li>- investimentos para implantação de sistemas de gestão empresarial, exceto para cooperativas e associações de produção;</li> <li>- veículos utilitários;</li> </ul>	reais).		

Fonte: Caixa Econômica Federal.

